

Índice das Notas Explicativas

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal, distribuídas da seguinte forma:

	Página
Nota 1 Contexto operacional	03
Nota 2 Apresentação das demonstrações contábeis	03
Nota 3 Caixa Participações S/A – CAIXAPAR	05
Nota 4 Principais práticas contábeis	06
Nota 5 Caixa e equivalentes de caixa	11
Nota 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez	12
Nota 7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	13
Nota 8 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados	23
Nota 9 Carteira de crédito	25
Nota 10 Outros créditos	36
Nota 11 Outros valores e bens	39
Nota 12 Investimentos	39
Nota 13 Imobilizado	40
Nota 14 Intangível	40
Nota 15 Diferido	41
Nota 16 Depósitos e captações no mercado aberto	41
Nota 17 Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário	46
Nota 18 Obrigações por empréstimos	47
Nota 19 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	47
Nota 20 Outras obrigações	48
Nota 21 Patrimônio líquido	52
Nota 22 Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	53
Nota 23 Receitas da intermediação financeira	56
Nota 24 Despesas da intermediação financeira	56
Nota 25 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	57
Nota 26 Despesas com pessoal	58
Nota 27 Despesas administrativas	58
Nota 28 Outras receitas operacionais	59
Nota 29 Outras despesas operacionais	59
Nota 30 Resultado não operacional	60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 31	Despesas tributárias	60
Nota 32	Passivos contingentes	60
Nota 33	Partes relacionadas	64
Nota 34	Benefícios a empregados	66
Nota 35	Gerenciamento do risco corporativo	81
Nota 36	Eventos subsequentes	94
Nota 37	Outras informações	94

Nota - 1 Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente a União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria e suas operações são apresentadas em demonstrações contábeis individuais.

Conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, a CAIXA constituiu em 31 de março de 2009 a sociedade comercial, sob a forma de sociedade anônima, denominada Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR) com o capital social de R\$ 2.500.000 representado por 2.500.000 ações ordinárias com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social e à aquisição de participações acionárias em instituições financeiras públicas ou privadas do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculadas

Nota - 2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração e a partir de 30 de junho de 2010 as demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e a sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Para permitir um melhor entendimento da evolução patrimonial e dos resultados da CAIXA, apresentamos também as informações referentes à setembro e dezembro 2009 consolidadas. Adicionalmente, as demonstrações individuais foram aprovadas e publicadas nessa mesma data.

Para a elaboração dessas demonstrações consolidadas, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações sendo que a carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para contingências; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Por meio da Resolução do CMN nº 3.786/2009, da Cart a Circular nº 3.472/2009 e Carta Circular 3.516/2010 o Banco Central do Brasil reiterou o compromisso assumido com a convergência brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) estabelecendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar até cento e vinte dias após essa data suas demonstrações contábeis consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer do auditor independente, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

A CAIXA concluiu os estudos dos impactos da adoção das referidas normas internacionais e atualmente encontra-se no processo de elaboração das demonstrações contábeis em IFRS com a previsão de conclusão nos prazos estabelecidos pelo BACEN.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa; aprovado pela Resolução do CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.750/2009;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos acima descritos já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem com as normas emitidas pelo órgão regulador.

A aprovação das demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de dezembro de 2010 foi concedida de acordo com a deliberação dos conselheiros em 10 de fevereiro de 2010.

Nota - 3 Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

A Caixa Participações é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R\$ 1.250.000, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

No corrente ano foi integralizado o valor de R\$ 1.250.000, totalizando o capital social da empresa no montante de R\$ 2.500.000, sendo R\$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA, R\$ 7.440 em dividendos a receber e R\$ 64.782 em espécie conforme demonstra quadro a seguir:

Descrição	Valor Integralizado
Caixa Seguros	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos Caixa Seguros	7.440
Valor em espécie	64.782
Total	1.250.000

O quadro a seguir apresenta o valor do patrimônio líquido da CAIXAPAR:

Descrição	Participação CAIXA %	2010		2009
		31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	2.867.884	2.895.084	1.255.957

No exercício de 2010, foram apropriados R\$ 422.355 provenientes das receitas de participações em coligadas e controladas pela CAIXAPAR que representam o resultado da equivalência patrimonial da Caixa Seguros de R\$ 386.516, CIBRASEC de R\$ 647 e Banco Panamericano de R\$ 35.192.

(a) Banco Panamericano

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a Caixa Participações S.A. e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda, contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes a 21,97% das ações preferenciais do referido banco.

A aprovação do ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano foi realizada por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731 do Banco Central, em 19 de julho de 2010, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida aprovação a CAIXAPAR concluiu a operação de compra com o pagamento do valor residual de R\$ 234.215. Em 09 de novembro de 2010, a Diretoria Colegiada de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

O Banco Central, em 04 de novembro de 2010, cientificou e alertou o Banco Panamericano por meio do Termo de Comparecimento Desup/GTSP4 – 2010/0003 o comprometimento da

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

situação econômico-financeira do Conglomerado Panamericano evidenciado após ajustes da fiscalização com conseqüente descumprimento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), cuja observância é condição indispensável para o funcionamento das instituições, nos termos do art.10 da Resolução 3.398, de 29 de agosto de 2006. Assim sendo, o Banco Central determinou a implementação de plano de regularização de modo a promover o referido reequilíbrio patrimonial do Conglomerado.

Visando assegurar o equilíbrio patrimonial e ampliar a liquidez operacional do Banco Panamericano, em virtude de terem sido constatadas inconsistências contábeis que não permitem que as demonstrações contábeis reflitam a real situação patrimonial da entidade, o Grupo Silvio Santos, em 05 de novembro de 2010, na qualidade de principal acionista controlador do Banco Panamericano S.A. decidiu aportar na conta “Depósito de Acionista”, o valor de R\$ 2,5 bilhões, obtidos mediante operação financeira contratada com o FGC - Fundo Garantidor de Créditos, integralmente garantida por bens do patrimônio empresarial do Grupo.

O referido aporte de recursos teve o objetivo de suportar eventuais ajustes, sem qualquer alteração no capital social ou no patrimônio líquido da instituição identificados até aquele momento.

Em 26 de novembro de 2010 os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 11 integrantes sendo presidido pela presidenta da CAIXA e a vice presidência ocupada por um representante indicado pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC. Adicionalmente, com a implementação do acordo entre os acionistas a CAIXAPAR passou a ter representantes na diretoria da instituição e manteve inalterados os percentuais de participação da CAIXAPAR quando da aquisição de ações do Banco.

Conforme fato relevante divulgado em 28 de janeiro de 2011 pelo Banco Panamericano, a nova administração do Banco Panamericano iniciou o processo de apuração dos valores e eventuais ajustes que poderiam decorrer dessas inconsistências e até o momento não identificou de forma definitiva os efeitos decorrentes desse processo de apuração.

Considerando a data de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis a CAIXA não possui as informações que reflitam a real situação patrimonial do Banco Panamericano em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, essas demonstrações mantêm os saldos registrados na posição de 31 de julho de 2010.

Nota - 4 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas pela CAIXA estão assim resumidas:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face, e as em moedas estrangeiras são convertidas usando-se a taxa de fechamento divulgada pelo BACEN na data do Balanço Patrimonial.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco mitigado de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste ao valor justo TVM e derivativos". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A partir de 1º maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

ramo segurador e de 9% para as demais empresas (até 30 de abril de 2008, alíquota era de 9% para todas as empresas).

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução do CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objetos de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(j) Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades. O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com incorporação ao custo do valor do saldo da reserva de reavaliação por força da Resolução do CMN nº 3.617/2008, submetidos a testes de redução ao valor recuperável e depreciados pelo método linear sem valor residual.

(k) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resolução do CMN nº. 3.642/2008.

(l) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(n) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Passivos contingentes – são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(p) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas são reconhecidas diretamente no resultado do período.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós-emprego, é efetuado de acordo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600/2009.

(i) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;
- II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

(ii) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados conforme item (i), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

Nota - 5 Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Caixa	1.767.713	1.727.167	1.824.823
Disponibilidade em moeda nacional	1.686.505	1.648.323	1.379.224
Disponibilidade em moeda estrangeira	36.775	71.042	30.655
Total de Disponibilidades (caixa)	3.490.993	3.446.532	3.234.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	12.005.555	35.498.502	29.336.351
Total	15.496.548	38.945.034	32.571.053

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2010						2009			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Aplicações no mercado aberto										
Posição bancada	677.690	-	-	-	677.690	5,55	30.520	0,09	321	0,00
Letras Financeiras do Tesouro	120.684	-	-	-	120.684	0,99	30.030	0,09	21	0,00
Letras do Tesouro Nacional	507.006	-	-	-	507.006	4,15	490	-	300	0,00
Notas do Tesouro Nacional	50.000	-	-	-	50.000	0,41	-	-	-	0,00
Posição financiada	11.327.865	-	-	-	11.327.865	92,80	35.467.983	99,91	29.336.030	99,69
Letras Financeiras do Tesouro	11.026.875	-	-	-	11.026.875	0,00	19.457.674	54,81	5.279.745	17,94
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	0,00	16.010.309	45,10	5.247.536	17,83
Notas do Tesouro Nacional	300.990	-	-	-	300.990	2,47	-	-	18.808.749	63,91
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	201.687	-	-	201.687	1,65	-	-	92.334	0,31
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	202.058	-	-	202.058	1,66	-	-	92.334	0,31
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	(371)	-	-	(371)	0,00	-	-	-	0,00
Total	12.005.555	201.687	-	-	12.207.242	100,00	35.498.502	100,00	29.428.685	100,00
Ativo circulante	12.005.555	201.687	-	-	12.207.242	100,00	35.498.502	100,00	29.428.685	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplic em oper compromissadas:	943.644	1.025.411	1.969.055	3.889.579	4.359.821
Posição bancada	64.699	11.888	76.587	315.793	612.409
Posição financiada	878.945	1.013.523	1.892.468	3.573.786	3.747.412
Rendas de aplic em depósitos interfinanceiros	2.019	1.895	3.914	7.898	116.276
Total	945.663	1.027.306	1.972.969	3.897.477	4.476.097

Nota - 7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
I - Títulos para negociação	37.531.591	34,57	36.534.892	33,78	46.451.351	39,22
Letras Financeiras do Tesouro	7.132.082	6,57	7.154.018	6,61	7.543.167	6,37
Letras do Tesouro Nacional	22.134.575	20,39	21.738.323	20,1	18.138.673	15,31
Notas do Tesouro Nacional	8.197.330	7,55	7.577.997	7,01	20.708.982	17,48
Debêntures	50.084	0,05	48.626	0,04	46.014	0,04
Cotas de Fundos	17.520	0,01	15.928	0,00	14.515	0,02
II - Títulos disponíveis para venda	1.582.856	1,46	2.020.495	1,86	1.471.071	1,24
Letras Financeiras do Tesouro	211.313	0,19	224.126	0,20	260.053	0,22
Notas do Tesouro Nacional	6.196	0,01	9.749	0,01	207.830	0,18
Títulos da Dívida Agrária	266	0,00	259	0,00	260	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	64.318	0,06	62.241	0,06	57.369	0,05
Debêntures	301.802	0,28	304.582	0,28	313.413	0,26
Notas Promissórias	723.966	0,67	704.269	0,65	-	-
Cotas de Fundos	7.880	0,01	6.256	0,01	668	0,00
Certificados de Recebíveis Imobiliários	64.235	0,06	65.495	0,06	69.304	0,06
Outros	202.880	0,18	643.518	0,59	562.174	0,47
III - Títulos mantidos até o vencimento	69.460.825	63,97	69.611.694	64,36	70.527.406	59,54
Letras Financeiras do Tesouro	5.494.117	5,06	5.508.785	5,09	10.420.993	8,80
Letras do Tesouro Nacional	9.683.462	8,92	9.450.682	8,74	8.792.353	7,42
Notas do Tesouro Nacional	54.114.797	49,84	53.004.558	49	47.751.907	40,31
Tesouro Nacional/Securitização	168.449	0,15	1.647.669	1,53	3.203.027	2,70
Debêntures	-	-	-	-	56.186	0,05
Notas Promissórias	-	-	-	-	302.940	0,26
Instrumentos Financeiros Derivativos	1	-	1	-	396	-
Total	108.575.273	100,00	108.167.082	100,00	118.450.224	100,00
Ativo circulante	57.737.196	53,18	51.136.068	47,28	52.974.464	44,72
Ativo não circulante	50.838.077	46,82	57.031.014	52,72	65.475.760	55,28

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	2010								2009				
	31 de dezembro						30 de setembro		31 de dezembro				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	10.113.294	5.441.767	5.688.916	16.262.407	37.506.384	(42.397)	37.463.987	36.450.516	19.822	36.470.338	46.373.584	17.238	46.390.822
Letras Financeiras do Tesouro	-	445.081	2.584.234	4.103.686	7.133.001	(919)	7.132.082	7.155.013	(995)	7.154.018	7.544.236	(1.069)	7.543.167
Letras do Tesouro Nacional	7.078.136	4.996.686	3.104.682	6.979.309	22.158.813	(24.238)	22.134.575	21.730.070	8.253	21.738.323	18.156.884	(18.211)	18.138.673
Notas do Tesouro Nacional	3.035.158	-	-	5.179.412	8.214.570	(17.240)	8.197.330	7.565.433	12.564	7.577.997	20.672.464	36.518	20.708.982
Títulos - Empresas	-	-	-	67.078	67.078	526	67.604	63.949	605	64.554	59.999	530	60.529
Debêntures	-	-	-	49.558	49.558	526	50.084	48.021	605	48.626	45.484	530	46.014
Cotas de Fundos	-	-	-	17.520	17.520	-	17.520	15.928	-	15.928	14.515	-	14.515
Total	10.113.294	5.441.767	5.688.916	16.329.485	37.573.462	(41.871)	37.531.591	36.514.465	20.427	36.534.892	46.433.583	17.768	46.451.351
% Pz Venc.	26,92	14,48	15,14	43,46	100,00	-	-	100	-	-	100,00	-	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	2010							2009					
	31 de dezembro							30 de setembro			31 de dezembro		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	-	-	-	770.105	770.105	(342.193)	427.912	876.734	3.783	880.517	1.010.489	6.515	1.017.004
Letras Fin. do Tesouro	-	-	-	210.757	210.757	556	211.313	223.454	672	224.126	259.003	1.050	260.053
Notas Tesouro Nacional	-	-	-	3.998	3.998	2.198	6.196	7.605	2.144	9.749	202.288	5.542	207.830
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	254	254	12	266	245	14	259	236	24	260
Certificado Fin. Tesouro	-	-	-	63.604	63.604	714	64.318	61.288	953	62.241	57.470	-101	57.369
Outros	-	-	-	491.492	491.492	(345.673)	145.819	584.142	-	584.142	491.492	-	491.492
Títulos - Empresas	80	724.187	-	390.096	1.114.363	40.581	1.154.944	1.096.354	43.624	1.139.978	400.912	53.155	454.067
Debêntures	80	-	-	294.308	294.388	7.414	301.802	296.110	8.472	304.582	305.247	8.166	313.413
Notas Promissórias	-	724.187	-	-	724.187	(221)	723.966	704.330	-61	704.269	-	-	-
Cotas de Fundos	-	-	-	7.880	7.880	-	7.880	6.256	-	6.256	668	-	668
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	62.952	62.952	1.283	64.235	64.702	793	65.495	70.041	-737	69.304
Outros	-	-	-	24.956	24.956	32.105	57.061	24.956	34.420	59.376	24.956	45.726	70.682
Total	80	724.187	-	1.160.201	1.884.468	(301.612)	1.582.856	1.973.088	47.407	2.020.495	1.411.401	59.670	1.471.071

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Descrição	2010						2009			
	31 de dezembro						30 de setembro		31 de dezembro	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	10.995.071	3.061.789	5.424.698	49.979.267	69.460.825	71.639.162	69.611.694	70.871.888	70.168.279	70.204.969
Letras Financeiras do Tesouro	-	515.881	899.563	4.078.673	5.494.117	5.493.604	5.508.785	5.508.260	10.420.993	10.423.067
Letras do Tesouro Nacional	9.683.462	-	-	-	9.683.462	9.682.131	9.450.682	9.439.178	8.792.353	8.765.069
Notas do Tesouro Nacional	1.311.609	2.545.908	4.525.135	45.732.145	54.114.797	56.323.296	53.004.558	54.554.882	47.751.907	48.317.965
Tesouro Nacional /Securitização	-	-	-	168.449	168.449	140.131	1.647.669	1.369.569	3.203.027	2.698.868
Títulos - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	359.127	355.710
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	56.186	52.730
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	302.940	302.980
Total	10.995.071	3.061.789	5.424.698	49.979.267	69.460.825	71.639.162	69.611.694	70.871.888	70.527.406	70.560.679

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	31 de dezembro de 2010											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletido		Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	PL									
Títulos Públicos - Brasil	107.737.315	(42.397)	(342.194)	107.352.724	109.531.061	98,90	21.108.366	692.461	7.811.095	11.113.614	28.382.788	38.628.991
Letras Financeiras do Tesouro	12.837.875	(919)	556	12.837.512	12.836.999	11,59	-	692.461	268.501	3.483.797	2.871.407	5.521.709
Letras do Tesouro Nacional	31.842.275	(24.238)	-	31.818.037	31.816.706	28,73	16.761.599	-	4.996.686	3.104.682	2.492.926	4.486.382
Notas do Tesouro Nacional	62.333.365	(17.240)	2.198	62.318.323	64.526.822	58,26	4.346.767	-	2.545.908	4.525.135	23.018.201	27.897.354
Tesouro Nacional/Securitização	168.449	-	-	168.449	140.131	0,13	-	-	-	-	-	168.449
Títulos da Dívida Agrária	254	-	12	266	266	0,00	-	-	-	-	254	-
Certificado Financeiro do Tesouro	63.605	-	713	64.318	64.318	0,06	-	-	-	-	-	63.605
Outros	491.492	-	(345.673)	145.819	145.819	0,13	-	-	-	-	-	491.492
Títulos - Empresas	1.181.441	526	40.581	1.222.548	1.222.548	1,10	80	724.187	-	-	78.344	378.830
Debêntures	343.946	526	7.414	351.886	351.886	0,32	80	-	-	-	78.344	265.522
Notas Promissórias	724.187	-	(221)	723.966	723.966	0,65	-	724.187	-	-	-	-
Cotas de Fundos	25.400	-	-	25.400	25.400	0,02	-	-	-	-	-	25.400
Cert. de Recebíveis Imob.	62.952	-	1.283	64.235	64.235	0,06	-	-	-	-	-	62.952
Outros	24.956	-	32.105	57.061	57.061	0,05	-	-	-	-	-	24.956
Subtotal - TVM	108.918.756	(41.871)	(301.613)	108.575.272	110.753.609	100,00	21.108.446	1.416.648	7.811.095	11.113.614	28.461.132	39.007.821
Títulos para Negociação	37.573.462	(41.871)	-	37.531.591	37.531.591	33,89	10.113.295	445.081	4.996.686	5.688.916	9.115.063	7.214.421
Títulos Disponíveis para Venda	1.884.469	-	(301.613)	1.582.856	1.582.856	1,43	80	724.187	-	-	72.681	1.087.521
Títulos Mantidos até o Vencimento	69.460.825	-	-	69.460.825	71.639.162	64,68	10.995.071	247.380	2.814.409	5.424.698	19.273.388	30.705.879
Derivativos (ATIVO)	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos (PASSIVO)	1.521	-	-	1.644	1.644	-	-	-	-	-	-	-
Total TVM e Derivativos (ATIVO)	108.918.757	(41.871)	(301.613)	108.575.273	110.753.610	100,00	21.108.446	1.416.648	7.811.095	11.113.614	28.461.132	39.007.821
Total TVM e Derivativos (PASSIVO)	1.521	-	-	1.644	1.644	-	-	-	-	-	-	-

* Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrição	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromissos de Revenda	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos Públicos - Brasil	72.852.562	34.184.622	314.325	1.215	1	107.352.725	98,88
Letras Financeiras do Tesouro	5.019.100	7.814.569	3.843	-	-	12.837.512	11,82
Letras do Tesouro Nacional	24.144.582	7.663.716	9.739	-	-	31.818.037	29,31
Notas do Tesouro Nacional	43.310.028	18.706.337	300.743	1.215	-	62.318.323	57,4
Tesouro Nacional/Securitização	168.449	-	-	-	-	168.449	0,16
Títulos da Dívida Agrária	266	-	-	-	-	266	-
Certificado Financeiro do Tesouro	64.318	-	-	-	-	64.318	0,06
Outros	145.819	-	-	-	1	145.820	0,13
Títulos - Empresas	1.222.548	-	-	-	-	1.222.548	1,12
Debêntures	351.886	-	-	-	-	351.886	0,32
Notas Promissórias	723.966	-	-	-	-	723.966	0,67
Cotas de Fundos	25.400	-	-	-	-	25.400	0,02
Certificados de Recebíveis Imobiliários	64.235	-	-	-	-	64.235	0,06
Outros	57.061	-	-	-	-	57.061	0,05
31 de dezembro de 2010	74.075.110	34.184.622	314.325	1.215	1	108.575.273	100,00
30 de setembro de 2010	75.504.926	32.384.272	266.704	1.179	1	108.167.082	100,00
31 de dezembro de 2009	70.653.468	35.478.534	345.762	11.972.064	396	118.450.224	100

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

Em 30 de dezembro de 2010 foi emitida a portaria STN nº728 que autorizou a emissão de 3.578.288 Letras do Tesouro Nacional – LTN no valor de R\$ 2.876.426 com vencimentos em 01/07/2012 (R\$ 1.438.220) e 01/04/2013 (R\$ 1.438.206) em favor da CAIXA em permuta por 1.323.797 títulos CVS com valor de R\$ 2.876.426 com vencimento em 1/01/2027.

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações compromissadas	943.644	1.025.411	1.969.055	3.889.579	4.359.821
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.687	1.895	3.582	7.527	116.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	(35.255)	51.876	16.621	131.488	252.423
Ativos financeiros mantidos para negociação	796.099	993.435	1.789.534	3.161.715	3.750.514
Ativos financ. mantidos até o vencimento	2.357.407	1.585.994	3.943.401	8.191.555	9.080.770
Total	4.063.582	3.658.611	7.722.193	15.381.864	17.559.804

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados com instrumentos de hedge, destinam-se a proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 94 (2009 - R\$ 56.246).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 19.140.129 (2009 - R\$ 30.898.288). O diferencial a pagar de *Swap* nessa data monta R\$ 1.521 (2009 - R\$ 982) e o diferencial a receber de *Swap*, R\$ 1 (2009 - R\$ 396).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

Descrição	2010								2009			
	31 de dezembro				30 de setembro				31 de dezembro			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	18.809.362	-	-	18.809.362	24.961.140	-	-	24.961.140	17.677.068	-	-	17.677.068
Compromissos de venda	18.809.362	-	-	18.809.362	24.961.140	-	-	24.961.140	17.677.068	-	-	17.677.068
Moeda estrangeira	8.368	-	-	8.368	-	-	-	-	7.453	-	-	7.453
Índices	18.800.994	-	-	18.800.994	24.961.140	-	-	24.961.140	17.669.615	-	-	17.669.615
Contratos de swaps												
Posição ativa												
Taxa Referencial	136.804	1	14.515	151.320	921.399	1	81.123	1.002.523	1.855.620	396	21.010	1.877.026
Posição passiva												
Pós-Fixados	136.804	1.644	13.537	151.985	921.399	2.587	81.961	1.005.947	1.855.620	982	22.684	1.879.286

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:

Descrição	2010							2009	
	31 de dezembro						30 de setembro	31 de dezembro	
	1 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	3.250.888	-	4.603.729	3.100.175	5.147.971	2.698.231	18.800.994	24.961.140	17.669.615
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	-	8.368	-	-	-	-	8.368	-	
ATIVO DOLAR - Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	464	7.453
ATIVO DDI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	57.604	-	-	-	-	-	57.604	4.939	
ATIVO DDI - Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	-	-	-	65.609	-	-	65.609	4.933	

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

	2010				2009
	4º Trimestre	3º Trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Swap	(1.819)	(2.367)	(4.186)	(5.099)	(382)
Futuro	23.349	(95.786)	(72.437)	(114.048)	(13.363)
Total	21.530	(98.153)	(76.623)	(119.147)	(13.745)

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Títulos públicos	314.168	266.551	345.618
- Notas do Tesouro Nacional	300.744	1.079	-
- Letras do Tesouro Nacional	9.739	265.472	-
- Letras Financeiras do Tesouro	3.685	-	345.618

(k) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da Instituição que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.
- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Nota - 8 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	2010		2009
		31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.218.082	4.205.966	3.408.338
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	25.729.976	24.499.292	21.631.421
Compulsório sobre depósito a prazo	Taxa selic	3.869.412	2.367.059	
Compulsório adicional (1)	Taxa selic	19.109.921	16.103.996	7
Total		53.927.391	47.176.313	25.039.766

(1) Conforme Circular BACEN nº3.486/10, a partir de 2010 a exigibilidade adicional passou a ser recolhida em espécie com as seguintes alíquotas: depósitos à vista e a prazo – 8%; e depósitos de poupança – 10%, sendo que até dezembro de 2009 a exigibilidade estava vinculada em títulos.

(b) A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação - SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 23.734.553 (2009 – R\$ 27.658.844) e provisões de R\$ 2.913.331 (2009 – R\$ 3.250.597), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Nos dias 28 e 29 de dezembro de 2010 foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R\$ 5.493.700 sendo R\$ 3.546.063 em títulos CVS e o restante no valor de R\$ 1.947.638 referente aos juros que serão pagos em 01/02/2011.

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro		30 de setembro		31 de dezembro	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.557.588	(447.211)	2.574.161	(451.171)	2.577.827	(552.859)
Habilitados e não homologados (ii)	5.529.138	(1.999.363)	5.383.035	(1.940.275)	5.215.350	(1.990.401)
Habilitados e homologados (iii)	15.647.827	(466.757)	20.924.774	(670.887)	19.865.667	(707.337)
Total	23.734.553	(2.913.331)	28.881.970	(3.062.333)	27.658.844	(3.250.597)

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS, para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	939.425	885.277	1.824.702	2.942.783	1.329.431
Créditos vinculados ao SFH	284.996	483.207	768.203	1.603.228	1.757.443
Total	1.224.421	1.368.484	2.592.905	4.546.011	3.086.874

Nota - 9 Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

(a.1) Curso normal

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	2.828.104	1.862.564	1.643.552	4.535.863	6.678.774	24.094.220	41.643.077	27,92	40.557.245	29,52	33.064.686	32,21
Financiamentos	873.686	223.343	213.577	600.201	1.031.902	5.526.369	8.469.078	5,68	8.403.628	6,12	5.394.154	5,25
Financiamentos imobiliários	2.174.141	1.070.655	1.061.420	3.180.891	6.304.865	71.392.642	85.184.614	57,12	75.791.234	55,18	53.810.328	52,42
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	63.763	63.449	63.421	190.243	380.474	10.378.664	11.140.014	7,47	10.339.806	7,53	8.215.055	8,00
Outros Créditos	1.293.050	518.747	324.325	396.703	155.908	13.457	2.702.190	1,81	2.264.490	1,65	2.176.370	2,12
31 de dezembro de 2010	7.232.744	3.738.758	3.306.295	8.903.901	14.551.923	111.405.352	149.138.973	100,00	-	-	-	-
30 de setembro de 2010	6.763.261	3.671.099	3.303.873	8.910.763	14.843.286	99.864.121	-	-	137.356.403	100,00	-	-
31 de dezembro de 2009	5.821.652	3.135.448	2.726.348	7.307.145	11.750.064	71.919.936	-	-	-	-	102.660.593	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a.2) Curso anormal – Parcelas vincendas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	111.833	105.830	103.605	281.725	478.424	1.496.540	2.577.957	9,97	2.282.525	9,36	4.137.920	19,78
Financiamentos	35.351	27.384	26.710	75.620	131.225	377.180	673.470	2,60	649.139	2,66	536.029	2,56
Financiamentos imobiliários	995.178	266.938	266.049	796.792	1.581.600	18.400.543	22.307.100	86,26	21.360.706	87,54	16.176.638	77,33
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	2.813	2.813	2.813	8.438	16.876	258.130	291.883	1,13	98.355	0,40	58.089	0,28
Outros Créditos	8.314	218	69	186	316	1.191	10.294	0,04	10.685	0,04	10.027	0,05
31 de dezembro de 2010	1.153.489	403.183	399.246	1.162.761	2.208.441	20.533.584	25.860.704	100	-	-	-	-
30 de setembro de 2010	971.514	386.965	382.769	1.121.197	2.132.740	19.406.225	-	-	24.401.410	100,00	-	-
31 de dezembro de 2009	708.229	357.163	353.611	1.039.227	1.964.616	16.495.857	-	-	-	-	20.918.703	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a.3) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	279.167	198.997	208.590	470.780	588.366	93.749	1.839.649	52,33	1.800.273	54,26	1.794.119	59,86
Financiamentos	22.597	29.253	136.195	273.408	331.939	15.893	809.285	23,02	736.026	22,18	650.219	21,69
Financiamentos imobiliários	118.079	68.520	137.801	248.773	257.232	7.906	838.311	23,85	759.363	22,88	533.671	17,81
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	-	17	5.433	-	3.787	-	9.237	0,26	2.169	0,07	54	-
Outros Créditos	5.728	4.909	1.730	2.168	2.552	2.001	19.088	0,54	20.405	0,61	19.083	0,64
31 de dezembro de 2010	425.571	301.696	489.749	995.129	1.183.876	119.549	3.515.570	100,00	-	-	-	-
30 de setembro de 2010	498.306	280.118	426.498	935.420	1.063.340	114.554	-	-	3.318.236	100,00	-	-
31 de dezembro de 2009	383.669	268.733	455.641	844.834	959.920	84.349	-	-	-	-	2.997.146	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a.4) Consolidação da composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2010				2009	
	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 30 de setembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%
Empréstimos e títulos descontados	46.060.683	25,80	44.640.043	27,04	38.996.725	30,81
Financiamentos	9.951.833	5,57	9.788.793	5,93	6.580.402	5,20
Financiamentos imobiliários	108.330.025	60,68	97.911.303	59,31	70.520.637	55,71
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	11.441.134	6,42	10.440.330	6,33	8.273.198	6,54
Outros Créditos (nota 10 c.1)	2.731.572	1,53	2.295.580	1,39	2.205.480	1,74
Total	178.515.247	100,00	165.076.049	100,00	126.576.442	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2010				2009	
										Total em 31 de dezembro	%	Total em 30 de setembro	%	Total em 31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	6.238.458	25.998.482	6.835.955	3.005.916	1.254.044	486.491	404.490	320.100	1.516.747	46.060.683	25,80	44.640.043	27,04	38.996.725	30,81
Financiamentos	2.823.357	3.510.805	1.133.675	582.489	469.184	166.792	157.475	141.273	966.784	9.951.834	5,57	9.788.793	5,93	6.580.402	5,20
Financiamentos imobiliários	134.283	49.846.934	31.102.049	19.224.048	1.259.722	654.794	508.365	434.989	5.164.842	108.330.026	60,68	97.911.303	59,31	70.520.637	55,71
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	637.961	8.208.226	1.163.606	878.536	448.738	63.743	-	35.888	4.437	11.441.134	6,41	10.440.330	6,33	8.273.198	6,54
Outros Créditos	2.589	1.147.933	699.810	303.259	429.766	70.483	15.185	7.806	54.739	2.731.570	1,53	2.295.580	1,39	2.205.480	1,74
31 de dezembro de 2010	9.836.648	88.712.380	40.935.095	23.994.247	3.861.454	1.442.303	1.085.515	940.056	7.707.549	178.515.247	100,00	-	-	-	-
%	5,51	49,69	22,93	13,44	2,16	0,81	0,61	0,53	4,32	100,00	-	-	-	-	-
30 de setembro de 2010	12.618.478	74.636.228	42.066.598	22.308.885	3.385.098	1.059.740	848.338	1.117.625	7.035.059	-	-	165.076.049	100,00	-	-
%	7,65	45,21	25,48	13,51	2,05	0,64	0,51	0,68	4,27	-	-	100,00	-	-	-
31 de dezembro de 2009	8.091.645	57.494.139	33.878.291	15.550.843	3.381.216	842.003	716.694	850.136	5.771.475	-	-	-	-	126.576.442	100,00
%	6,39	45,42	26,77	12,29	2,67	0,67	0,57	0,67	4,56	-	-	-	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Normal									2010				2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
1 a 30	849.796	3.167.709	1.734.428	744.269	423.485	80.337	51.752	41.090	139.878	7.232.744	4,85	6.763.261	4,92	5.821.652	5,67
31 a 60	280.677	1.825.394	818.853	416.644	218.990	46.587	25.407	21.962	84.244	3.738.758	2,51	3.671.099	2,67	3.135.448	3,05
61 a 90	176.248	1.713.067	722.714	374.357	164.940	35.380	20.004	21.323	78.262	3.306.295	2,22	3.303.873	2,41	2.726.348	2,66
91 a 180	387.897	4.878.032	1.911.429	974.617	348.467	79.281	51.824	58.178	214.176	8.903.901	5,97	8.910.763	6,49	7.307.145	7,12
181 a 360	730.017	8.508.356	3.060.421	1.404.801	336.897	102.546	73.351	26.430	309.104	14.551.923	9,76	14.843.286	10,81	11.750.065	11,45
Acima de 360	7.295.010	60.704.093	25.152.938	14.465.585	1.102.522	237.212	178.382	144.075	2.125.535	111.405.352	74,70	99.864.121	72,70	71.919.935	70,05
Total	9.719.645	80.796.651	33.400.783	18.380.273	2.595.301	581.343	400.720	313.058	2.951.199	149.138.973	100,00	137.356.403	100,00	102.660.593	100,00
%	6,52	54,18	22,40	12,32	1,74	0,39	0,27	0,21	1,98	100,00	-	100,00	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c.2) Curso anormal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Anormal									2010				2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Parcelas Vincendas	25.873	7.835.317	7.343.589	5.342.111	904.526	545.640	373.195	330.537	3.159.916	25.860.704	100,00	24.401.410	100,00	20.918.703	100,00
1 a 30	7.766	266.106	592.175	144.377	29.582	15.405	12.166	8.301	77.611	1.153.489	4,46	971.514	3,98	708.228	3,39
31 a 60	626	127.039	115.286	71.158	18.747	9.863	7.981	5.111	47.372	403.183	1,56	386.965	1,59	357.163	1,71
61 a 90	626	126.169	114.278	70.293	18.373	9.727	7.815	5.052	46.913	399.246	1,54	382.769	1,57	353.612	1,69
91 a 180	1.864	373.429	324.826	206.103	52.799	28.313	22.372	14.744	138.311	1.162.761	4,50	1.121.197	4,59	1.039.226	4,97
181 a 360	3.502	722.539	610.947	389.590	94.608	52.600	39.967	27.976	266.713	2.208.441	8,54	2.132.740	8,74	1.964.614	9,39
Acima de 360	11.489	6.220.035	5.586.077	4.460.590	690.417	429.732	282.894	269.353	2.582.996	20.533.584	79,40	19.406.225	79,53	16.495.860	78,85
Parcelas Vencidas	91.130	80.412	190.723	271.863	361.627	315.320	311.600	296.461	1.596.434	3.515.570	100	3.318.236	100,00	2.997.146	100,00
1 a 30	89.180	76.776	148.158	36.333	18.367	7.681	8.532	3.010	37.534	425.571	12,11	498.306	15,02	383.667	12,80
31 a 60	-	3.636	41.992	146.628	29.840	12.839	12.822	13.105	40.834	301.696	8,58	280.118	8,44	268.733	8,97
61 a 90	-	-	573	58.704	250.180	51.693	26.330	20.936	81.333	489.749	13,93	426.498	12,85	455.642	15,20
91 a 180	-	-	-	30.198	63.158	204.179	228.624	225.263	243.707	995.129	28,31	935.420	28,19	844.834	28,19
181 a 360	-	-	-	-	82	38.928	35.292	34.114	1.075.460	1.183.876	33,68	1.063.340	32,05	959.921	32,03
Acima de 360	1.950	-	-	-	-	-	-	33	117.566	119.549	3,40	114.554	3,45	84.349	2,81
Total	117.003	7.915.729	7.534.312	5.613.974	1.266.153	860.960	684.795	626.998	4.756.350	29.376.274	-	27.719.646	-	23.915.849	-
%	0,40	26,95	25,65	19,11	4,31	2,93	2,33	2,13	16,19	100	-	100,00	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

DESCRIÇÃO	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
SETOR PÚBLICO	15.583.878	8,73	15.110.319	9,15	11.666.037	9,21
Administração Direta	6.363.069	3,56	5.967.108	3,61	4.937.291	3,9
Petroquímico	5.659.945	3,17	5.676.276	3,44	3.613.751	2,85
Saneamento	2.266.076	1,27	2.174.827	1,32	1.914.756	1,51
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	598.865	0,34	611.327	0,37	555.838	0,44
Outros	695.923	0,39	680.781	0,41	644.401	0,51
SETOR PRIVADO	162.931.369	91,27	149.965.730	90,85	114.910.405	90,78
PESSOA JURÍDICA	37.933.073	21,25	35.607.409	21,57	28.213.056	24,55
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	18.265.635	10,23	16.872.780	10,22	14.480.340	12,61
Comércio Varejista e Atacadista	6.433.934	3,60	6.083.611	3,69	6.282.108	5,47
Metalurgia	3.100.198	1,74	3.152.347	1,91	2.101.443	1,83
Fabricação de Produtos Químicos	296.159	0,17	296.105	0,18	1.158.188	1,01
Alimentos	2.138.161	1,20	1.582.745	0,96	1.045.515	0,91
Veículos Leves e Pesados	668.403	0,37	594.974	0,36	842.005	0,73
Vestuário e Acessórios	359.045	0,20	337.120	0,2	354.082	0,31
Outros Indústria e Comércio	5.269.735	2,95	4.825.878	2,92	2.696.999	2,35
SERVIÇOS	19.667.438	11,02	18.734.629	11,36	13.732.716	11,94
Petroquímico	493.977	0,27	471.419	0,29	387.880	0,34
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	2.693.267	1,51	2.489.645	1,51	1.759.146	1,53
Saneamento	207.208	0,12	205.380	0,12	202.144	0,18
Construção Civil	1.014.892	0,57	946.639	0,57	1.767.009	1,54
Saúde	1.352.890	0,76	1.255.346	0,76	1.070.101	0,93
Atividades de Serviços Financeiros	3.452.306	1,93	3.515.667	2,13	2.335.308	2,03
Escritório	401.856	0,23	374.452	0,23	313.823	0,27
Transporte Terrestre	376.421	0,21	488.231	0,3	522.321	0,45
Educação	303.384	0,17	276.324	0,17	233.142	0,2
Infra-Estrutura	242.229	0,14	207.643	0,13	154.208	0,13
Habitação	1.870.616	1,05	1.476.358	0,89	50.099	0,04
Telecomunicações	2.075.466	1,16	2.076.462	1,26	2.263.150	1,97
Outros Serviços	5.182.926	2,90	4.951.063	3	2.674.385	2,33
PESSOA FÍSICA	124.998.296	70,03	114.358.321	69,28	86.697.349	75,45
Habitação	98.675.809	55,28	89.222.858	54,05	65.612.878	57,1
Empréstimos	26.322.487	14,75	25.135.463	15,23	21.084.471	18,35
Total	178.515.247	100,00	165.076.049	100	126.576.442	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	2010				2009			
	31 de dezembro				30 de setembro		31 de dezembro	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%	Total	%
Curto prazo	1.615.852	41.444.889	43.060.741	24,12	42.487.467	25,74	35.102.468	27,73
De 0 a 90 dias	480.087	15.753.631	16.233.718	9,09	15.479.481	9,38	13.199.103	10,43
De 91 a 360 dias	1.135.765	25.691.258	26.827.023	15,03	27.007.986	16,36	21.903.365	17,3
Longo prazo	13.967.939	117.970.997	131.938.936	73,91	119.270.346	72,25	88.635.763	70,03
De 1 ano até 3 anos	2.981.009	47.949.032	50.930.041	28,53	48.631.063	29,46	39.063.579	30,86
De 3 anos até 5 anos	2.651.869	32.873.024	35.524.893	19,90	31.033.748	18,8	24.452.890	19,32
De 5 anos até 15 anos	4.870.083	31.927.265	36.797.348	20,61	32.054.934	19,42	18.908.606	14,94
Mais de 15 anos	3.464.978	5.221.676	8.686.654	4,87	7.550.601	4,57	6.210.688	4,91
Total normal	15.583.791	159.415.886	174.999.677	98,03	161.757.813	97,99	123.738.231	97,76
Total vencido	4.454	3.511.116	3.515.570	1,97	3.318.236	2,01	2.838.211	2,24
Total geral	15.588.245	162.927.002	178.515.247	100,00	165.076.049	100	126.576.442	100

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 2.731.572 (2009 – R\$ 2.205.480), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(c1).

(f) Rendas de operação de crédito

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	2.957.410	2.870.190	5.827.600	10.851.620	8.473.481
Financiamentos imobiliários	2.355.840	2.160.782	4.516.622	7.961.166	5.317.355
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	219.515	190.077	409.592	751.383	514.874
Outros créditos	2.398	2.386	4.784	9.549	-
Total	5.535.163	5.223.435	10.758.598	19.573.718	14.305.710

(g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Saldo inicial	10.361.115	9.809.999	7.001.125
Provisão específica	10.361.115	9.809.999	6.365.842
Provisão adicional (i)	-	-	635.283
Constituição	1.631.216	955.318	3.900.761
Baixas	(451.978)	(14.662)	(579.980)
Transferência para prejuízo	(240.423)	(389.540)	(1.341.830)
Saldo final	11.299.930	10.361.115	8.980.076
Provisão específica	11.299.930	10.361.115	8.408.422
Provisão adicional	-	-	571.654

(i) No 1º trimestre de 2010 foi revertida a provisão o adicional anteriormente constituída, em função da melhora das condições macroeconômicas e do comportamento da inadimplência da carteira de crédito comercial da CAIXA.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(h) Concentração dos principais devedores

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Principal devedor	5.659.943	3,17	5.676.275	3,44	3.613.751	3,13
10 maiores devedores	16.143.293	9,04	15.915.984	9,64	12.176.652	10,54
20 maiores devedores	20.003.915	11,21	19.352.234	11,72	15.119.922	13,09
50 maiores devedores	25.073.515	14,05	24.127.629	14,62	19.142.960	16,57
100 maiores devedores	28.300.232	15,85	27.199.312	16,48	21.814.456	18,88

(i) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Operações Renegociadas	2.632.371	1.934.576	2.468.213
Operações Comerciais	2.082.136	1.541.281	1.948.115
Operações Habitacionais	550.235	393.295	520.098
Operações Recuperadas	695.192	456.809	632.317
Operações Comerciais	336.789	207.465	301.267
Operações Habitacionais	358.403	249.344	331.050

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
AA	-	-	-	-	-	-
A	129.992	17.554	249.235	41.041	5.740	443.562
B	68.360	11.337	311.020	11.637	6.998	409.352
C	90.177	17.475	576.721	26.357	9.098	719.828
D	125.404	46.918	125.972	44.874	42.978	386.146
E	145.948	50.037	196.438	19.124	21.146	432.693
F	202.246	78.738	254.183	0	7.593	542.760
G	224.070	98.891	304.493	25.122	5.466	658.042
H	1.516.747	966.784	5.164.841	4.437	54.738	7.707.547
31 de dezembro de 2010	2.502.944	1.287.734	7.182.903	172.592	153.757	11.299.930
%	22,15	11,40	63,57	1,53	1,35	100,00
30 de setembro de 2010	2.403.504	1.195.293	6.480.214	163.542	118.562	10.361.115
%	23,20	11,54	62,54	1,58	1,14	100,00
31 de dezembro de 2009	2.582.369	1.346.679	4.687.865	238.027	125.136	8.980.076
%	28,76	15,00	52,20	2,65	1,39	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 153.757 (2009 – R\$ 125.136), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(d).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 10 **Outros créditos**
(a) Carteira de câmbio

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Ativo - Outros créditos	28.055	39.320	-
Câmbio comprado a liquidar - ME	4.014	16.654	-
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	24.041	30.840	-
(-) Adiantamentos recebidos - MN	-	(8.174)	-
Ativo circulante	28.055	39.320	-
Passivo - Outras obrigações	28.193	47.655	94
Câmbio vendido a liquidar - ME	4.152	31.001	94
Obrigações por compras de câmbio - MN	24.041	16.654	-
Passivo circulante	28.193	47.655	94

(a.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas	67.024	41.305	108.329	197.242	57.824
Disponibilidade em moeda estrangeira	67.024	41.305	108.329	197.242	57.824
Despesas	(65.349)	(41.921)	(107.270)	(194.672)	(61.687)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(65.349)	(41.921)	(107.270)	(194.672)	(61.687)
Resultado de câmbio	1.675	(616)	1.059	2.570	(3.863)

(b) Rendas a receber

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Dividendos e JCP a receber (i)	115.852	10,84	103.821	10,71	94.204	11,35
FGTS	235.208	22,02	234.308	24,18	197.454	23,80
Seguro-desemprego	108.807	10,19	96.154	9,92	55.733	6,72
Orçamento Geral da União	139.268	13,04	137.441	14,18	148.692	17,92
Convênios	28.441	2,66	25.343	2,62	25.049	3,02
INSS	82.513	7,72	55.639	5,74	45.615	5,50
FAR	13.349	1,25	13.405	1,38	13.997	1,69
Fundos de investimento	65.580	6,14	56.558	5,84	60.022	7,23
Bolsa Família	74.761	7,00	80.756	8,33	60.613	7,30
Bolsa Escola	8.744	0,82	8.744	0,90	9.021	1,09
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	22.066	2,07	18.811	1,94	24.964	3,01
PIS	108.763	10,18	100.707	10,39	60.975	7,35
FIES	42.394	3,97	9.148	0,94	7.862	0,95
Outros	22.537	2,10	28.279	2,91	25.595	3,07
Total	1.068.283	100,00	969.114	100,00	829.796	100,00
Ativo circulante	1.046.436	98,00	940.100	97,00	735.591	88,65
Ativo não circulante	21.847	2,00	29.014	3,00	94.205	11,35

(i) O saldo refere-se a dividendos e JCP da Caixa Seguros e do FND.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Diversos

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Adiantamentos	236.175	0,84	361.803	1,95	196.968	1,12
Créditos tributários (Nota 22)	11.191.125	39,6	9.750.865	52,67	9.037.238	51,57
Devedores por depósitos em garantia (Nota 32 a(ii))	8.514.615	30,13	4.243.662	22,01	3.943.556	22,5
Impostos e contribuições a compensar	216.061	0,76	265.228	1,43	373.440	2,13
Pagamentos a ressarcir	405.454	1,43	46.828	0,25	93.144	0,53
Participações pagas antecipadamente	1.698.339	6,01	599.523	3,24	517.756	2,95
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.703.350	9,57	2.264.231	12,23	2.177.550	12,43
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	99.437	0,35	100.735	0,54	103.425	0,59
Devedores diversos (c.3)	3.193.994	11,3	1.052.388	5,68	1.080.016	6,16
Provisão para perdas - Diversos (i)	(164.195)	-	(170.888)	-	(192.794)	-
Total	28.094.355	100,00	18.514.375	100,00	17.330.299	100,00
Ativo circulante	17.044.790	60,67	8.877.698	47,95	8.304.904	47,92
Ativo não circulante	11.049.565	39,33	9.636.677	52,05	9.025.395	52,08

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Devedores por compra de valores e bens	14.305	9.603	12.260
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	7.590	8.095	11.136
Cartão de crédito	2.681.455	2.246.533	2.111.921
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	-	42.233
Subtotal	2.703.350	2.264.231	2.177.550
Créditos por avais e fianças honradas	28.222	29.924	27.930
Total	2.731.572	2.294.155	2.205.480

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Cartão de crédito	53.636	51.322	46.143
Saúde Caixa	(270)	(8.443)	(6.912)
Aquisição de Royalties e compensações FI	43.392	54.856	59.146
Outros	2.679	3.000	5.048
Total	99.437	100.735	103.425

(c.3) Devedores diversos

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Valores a apropriar (i)	919.423	748.570	743.053
Juros de FCVS a receber	1.947.638	-	-
Seguros a receber	88.084	87.898	110.929
Outros devedores	150.999	114.919	143.132
Créditos adquiridos	87.850	101.001	82.902
Total	3.193.994	1.052.388	1.080.016

(i) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota nº 20 (c.3).

(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Com característica de concessão de crédito	(153.756)	(118.562)	(125.136)
Cartão de crédito	(140.870)	(109.979)	(112.812)
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	-	(4.223)
Créditos por avais e fianças honradas	(8.824)	(4.720)	(3.895)
Devedores por compra de valores e bens	(3.986)	(3.782)	(4.095)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(76)	(81)	(111)
Total	(153.756)	(118.562)	(125.136)
Ativo circulante	(146.527)	(115.277)	(119.841)
Ativo não circulante	(7.229)	(3.285)	(5.295)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 11 Outros valores e bens

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Bens não de uso próprio (i)	692.125	735.448	719.501
Imóveis patrimoniais não de uso	117.927	119.827	64.891
Imóveis adjudicados/Arrematados	574.198	615.621	654.610
Despesas antecipadas (ii)	556.980	631.462	733.720
Material de consumo	33.835	22.573	29.021
Total	1.282.940	1.389.483	1.482.242

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) O montante relativo à "Desp. antecipadas", refere-se, sobretudo a antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota - 12 Investimentos

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
CAIXA SEGUROS (ii)	1.201.979	1.146.455	1.074.136
Banco Panamericano (ii)	780.848	780.848	739.272
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento (i)	2.967	2.100	2.100
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização (ii)	6.647	6.677	6.000
TECBAN - Tecnologia bancária (ii)	31.818	31.818	31.818
VISANET (ii)	65.825	65.824	65.824
BIAPE	849	1.246	1.233
Outros investimentos (i)	58.649	46.100	5.860
Total	2.149.582	2.081.068	1.926.243

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(ii) Investimento proveniente da CAIXAPAR e avaliado pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos são preponderantemente constituídos pelos investimentos constantes na Caixa Participações, empresa esta, que é subsidiária integral da CAIXA, constituída no exercício de 2009, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

(i) Resultado de participações em coligadas

	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Caixa Seguros	56.983	128.582	185.565	392.607	316.473
Banco Panamericano*	23.088	12.104	35.192	35.192	-
CIBRASEC**	(59)	201	142	648	-
Participações no exterior	(324)	67	(257)	(257)	554
Total da participação	79.688	140.954	220.642	428.190	317.027

*Avaliado pelo MEP com posição de 31/07/2010.

**Avaliado em SET/2009 pelo Custo de Aquisição

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 13 Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômico dos bens.

Descrição	2010	2009	2010				
	30 de setembro	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	31 de dezembro	%
Imóveis de uso	888.348	909.102	31.031	(17.330)	(37.237)	885.566	44,7
- Edificações	619.435	626.651	31.031	(6.926)	(37.237)	613.519	31
- Terrenos	268.913	282.451		(10.404)	-	272.047	13,7
Imobilizações em curso	4.900	4.645	80.524	-	-	85.169	4,3
Instalações, móveis e equip. de uso	265.960	194.441	145.111	-	(50.084)	289.468	14,6
SisT. de comunicação	21.352	22.304	3.514	-	(4.717)	21.101	1,06
Sist. proces. de dados	621.731	658.285	244.687	-	(247.332)	655.640	33,1
Sist. de transporte e segurança	46.434	51.147	24.757	-	(30.410)	45.494	2,3
Total	1.848.725	1.839.924	529.624	(17.330)	(369.780)	1.982.438	100

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos, conforme tabela abaixo:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos

Com o índice de imobilização apurado de 17,16%, a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Nota - 14 Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.642/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 15) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item “aquisição de folha de pagamento” foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado.

Descrição	2010	2009	2010				
	30 de setembro	31 de dezembro	Adições	Vlr recup de ativos	Amortiz.	31 de dezembro	%
Aquisição de folha de pagto	741.410	765.347	294.700	(1.811)	(181.645)	876.591	69,6
Outros ativos intangíveis	-	-	324.200	-	-	324.200	25,7
Projetos logiciais - Software	53.510	19.556	48.191	-	(8.580)	59.167	4,7
Total	794.920	784.903	667.091	(1.811)	(190.225)	1.259.958	100

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 15 Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008, tiveram os seguintes procedimentos:

- Os gastos em imóveis de terceiros foram registrados como despesas e as benfeitorias em imóveis próprios foram registradas em imobilizado de uso (Nota 13 - Edificações).
- Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 14).

Descrição	2010	2009	2010			
	30 de setembro	31 de dezembro	Baixas	Amortiz.	31 de dezembro	%
Gastos em imóveis de terceiros	42.618	76.077	(82.156)	42.719	36.640	46,95
Gastos com projetos logiciais	31.269	50.838	(25.455)		25.383	32,52
Benfeitorias em imóveis próprios	19.990	34.820	(27.267)	8.462	16.017	20,53
Total	93.877	161.735	(134.878)	51.181	78.040	100,00

Nota - 16 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Depósitos

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos à Vista	19.626.215	9,12	18.572.811	9,13	16.714.227	9,25
Pessoas Físicas	7.885.465	3,66	7.235.441	3,56	6.248.121	3,46
Pessoas Jurídicas	9.526.474	4,43	9.255.355	4,55	7.774.597	4,30
Vinculados	841.781	0,39	880.160	0,43	830.224	0,46
Governo	1.064.234	0,49	875.632	0,43	1.335.344	0,74
Moedas Estrangeiras	1.604	0	23.220	0,01	4.793	0,00
Instituições do sistema Financeiro	17.678	0,01	20.017	0,01	14.870	0,01
Entidades públicas	242.162	0,11	249.880	0,12	472.634	0,26
Outros	46.817	0,02	33.106	0,02	33.644	0,02
Depósitos de Poupança	129.429.635	60,15	123.346.743	60,64	108.709.642	60,17
Pessoas Físicas	127.116.245	59,07	121.655.796	59,81	107.272.821	59,38
Pessoas Jurídicas	2.310.186	1,07	1.687.588	0,83	1.433.057	0,79
Vinculados	3.204	0	3.359	-	3.764	0,00
Depósitos Interfinanceiros	1.206.670	0,56	354.930	0,18	29.110	0,02
Depósitos a prazo	54.207.413	25,19	50.865.466	25,01	43.788.754	24,24
Dep. a prazo em moeda nacional	30.423.148	14,14	27.780.350	13,66	22.945.396	12,70
Dep. judiciais com remuneração	23.784.265	11,05	23.085.116	11,35	20.843.358	11,54
Obrig. por depósitos especiais e de fundos e programas (f)	10.594.286	4,92	10.146.734	4,99	11.312.425	6,26
Depósitos em Conta Investimento	118.077	0,05	99.978	0,05	115.548	0,06
Total	215.182.296	100,00	203.386.662	100,00	180.669.706	100,00
Passivo circulante	214.490.066	99,68	202.848.855	99,74	180.537.875	99,93
Passivo não circulante	692.230	0,32	537.807	0,26	131.831	-0,07

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	2010							2009
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Depósitos à Vista	19.626.215	-	-	-	-	19.626.215	18.572.811	16.714.227
Depósitos de Poupança	129.429.635	-	-	-	-	129.429.635	123.346.743	108.709.642
Depósitos Interfinanceiros	-	1.183.729	19.856	3.085	-	1.206.670	354.930	29.110
Depósitos a prazo	23.777.636	2.416.197	4.911.214	11.399.397	11.702.969	54.207.413	50.865.466	43.788.754
Depósitos Judiciais	23.777.636	-	-	-	-	23.784.265	23.085.116	20.843.358
Aplicações	-	2.416.197	4.911.214	11.399.397	11.702.969	30.423.148	27.780.350	22.945.396
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.594.286	-	-	-	-	10.594.286	10.146.734	11.312.425
Outras captações	118.077	-	-	-	-	118.077	99.978	115.548
Total	183.545.849	3.599.926	4.931.070	11.402.482	11.702.969	215.182.296	203.386.662	180.669.706
%	85,30	1,67	2,29	5,30	5,44	100	100	100

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de Poupança	(2.047.606)	(2.015.608)	(4.063.214)	(7.498.661)	(6.405.207)
Depósitos Interfinanceiros	(29.844)	(5.109)	(34.953)	(36.606)	(1.992)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(731.234)	(683.953)	(1.415.187)	(2.426.468)	(1.967.742)
Depósitos judiciais	(297.325)	(302.358)	(599.683)	(1.101.810)	(1.002.069)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(235.097)	(228.778)	(463.875)	(997.163)	(1.075.398)
FGC-Fundo Garantidor de Crédito	(67.063)	(63.384)	(130.447)	(247.321)	(201.958)
Total	(3.408.168)	(3.299.190)	(6.707.358)	(12.308.028)	(10.633.366)

(d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 45.210.885 (2009 - R\$ 64.288.790), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Carteira Própria	33.883.020	31.936.992	34.952.759
Letras Financeiras do Tesouro	7.805.155	7.623.766	6.963.102
Letras do Tesouro Nacional	7.654.676	2.328.653	14.062.764
Notas do Tesouro Nacional	18.423.189	21.984.573	13.926.893
Carteira de Terceiros	11.327.865	35.467.981	29.336.031
Letras Financeiras do Tesouro	11.026.875	19.457.673	5.279.745
Letras do Tesouro Nacional	-	16.010.308	5.247.537
Notas do Tesouro Nacional	300.990	-	18.808.749
Total	45.210.885	67.404.973	64.288.790
Passivo circulante	45.210.885	67.404.973	64.288.790

(e) Despesas de Captações no mercado aberto

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteira Própria	(659.407)	(769.460)	(1.428.867)	(2.612.101)	(2.404.195)
Carteira de Terceiros	(878.973)	(1.012.350)	(1.891.323)	(3.571.634)	(3.658.300)
Total	(1.538.563)	(1.781.810)	(3.320.190)	(6.183.735)	(6.062.495)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos - FGTS	4.531.934	42,78	3.370.376	33,22	4.359.428	38,54
Depósitos - Especiais com remuneração	1.325.294	12,51	1.634.568	16,11	1.474.918	13,25
Depósitos - FAT (f.2)	3.144.120	29,68	3.270.949	32,24	3.812.776	34,31
Depósitos - FISANE	6.958	0,07	6.842	0,07	6.519	0,06
Depósitos - PRODEC	41.416	0,39	40.815	0,40	38.995	0,34
Depósitos - PIS	86.143	0,81	153.239	1,51	106.788	0,94
Depósitos - FIEL	-	0,00	57.109	0,56	54.291	0,48
Depósitos - FGS	21.041	0,20	12.406	0,12	135.467	1,20
Depósitos - FAR	56.053	0,53	371.862	3,66	56.997	0,50
Depósitos - FDS	565.139	5,33	483.421	4,76	350.744	3,10
Depósitos - Profrota pesqueira	50.343	0,48	49.079	0,49	45.860	0,41
Depósitos - FAS	4.607	0,04	3.446	0,03	4.646	0,04
Depósitos - PREVHAB	407.691	3,85	397.336	3,92	371.964	3,29
Saúde CAIXA	143.382	1,35	114.380	1,13	98.266	0,87
Outros	210.165	1,98	180.906	1,78	394.766	2,67
Total	10.594.286	100,00	10.146.734	100,00	11.312.425	100,00
Passivo circulante	10.594.286	100,00	10.146.734	100,00	11.312.425	100,00

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2010			2009	
		4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(113.129)	(93.846)	(206.975)	(477.970)	(499.863)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(48.390)	(54.155)	(102.545)	(229.201)	(245.340)
Depósitos - FISANE	TR	(115)	(118)	(233)	(438)	(387)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(716)	(745)	(1.461)	(2.778)	(2.414)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(11.532)	(14.722)	(26.254)	(60.195)	(84.658)
Depósitos - FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(676)	(1.003)	(1.679)	(3.435)	(3.510)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(1.211)	(809)	(2.020)	(5.062)	(10.330)
Depósitos - FAR	Selic	(6.905)	(11.243)	(18.148)	(33.647)	(15.478)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(13.281)	(12.654)	(25.935)	(25.935)	(13.231)
Depósitos - Profrota pesqueira	Selic fator dia	(1.275)	(1.253)	(2.528)	(2.528)	(4.142)
Depósitos - FAS	TR	(9)	(9)	(18)	(24)	(55)
Depósitos - PREVHAB	selic	(11.297)	(11.265)	(22.562)	(40.350)	(113.929)
Depósitos - Caução	TR	(5.520)	(7.893)	(13.413)	(26.094)	(26.270)
Outros	-	(21.041)	(19.063)	(40.104)	(89.506)	(55.791)
Total	-	(235.097)	(228.778)	(463.875)	(997.163)	(1.075.398)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			2010						2009		
					31 de dezembro			30 de setembro			31 de dezembro		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					178.981	2.792.236	2.971.217	171.237	2.922.686	3.093.923	259.324	3.238.218	3.497.542
Proger urbano				-	71.273	2.043.401	2.114.674	69.131	2.147.070	2.216.201	234.956	2.191.022	2.425.978
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	68.780	2.027.047	2.095.827	65.298	2.129.618	2.194.916	225.650	2.150.700	2.376.350
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	1.356	8.379	9.735	2.102	9.201	11.303	6.897	20.838	27.735
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	46	46		48	48	-	656	656
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	1.137	7.929	9.066	1.731	8.203	9.934	2.409	18.828	21.237
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	2.772	55.601	58.373	2.687	62.487	65.174	19.679	171.729	191.408
FAT infra estrutura				-	103.742	676.878	780.620	98.709	695.456	794.165	1.486	864.098	865.584
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	103.742	676.878	780.620	98.709	695.456	794.165	1.486	864.098	865.584
FAT – PNMPO				-	1.194	16.356	17.550	710	17.673	18.383	3.203	11.369	14.572
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.194	16.356	17.550	710	17.673	18.383	3.203	11.369	14.572
Linhas de crédito especiais					7.970	164.933	172.903	8.315	168.711	177.026	82.444	232.790	315.234
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-				-	-	-
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	114.897	114.897		113.222	113.222	-	147.062	-
FAT - material de construção	mar/06	RA	10/02/2006	-	-	-	-	2.066	28	2.094	7.720	51.618	59.338
FAT - giro setorial				-	7.970	50.036	58.006	6.249	55.461	61.710	74.724	34.110	108.834
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	4.668	31.630	36.298	3.102	34.937	38.039	53.892	22.333	76.225
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.302	18.406	21.708	3.147	20.524	23.671	20.832	11.777	32.609
FAT - moto-frete	01/	RA	10/03/2010	13/04/2010	-	-	-				-	-	-
Total					186.951	2.957.169	3.144.120	179.552	3.091.397	3.270.949	341.768	3.471.008	3.812.776

(1) RA - Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro acima.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis, são remunerados, *pro rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pela Resolução CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota - 17 Recursos de letras hipotecárias, de letras de crédito imobiliário e de letras financeiras
a) Recursos de letras

Papel	Indexador	2010						2009
		Prazo mínimo de resgate				31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos			
LetraHipotecária	IGP-M	-	11.326	-	501.885	513.211	484.405	461.613
LetraHipotecária	INPC	-	-	-	10.705	10.705	10.163	10.072
LetraHipotecária	TR	-	-	-	35.012	35.012	35.847	41.843
Letra Imobiliária	IGP-M	-	31.343	8.112	7.269	46.724	14.898	42.014
Letra Imobiliária	INPC	-	-	35.111	-	35.111	34.233	33.043
Letra Imobiliária	CDI	-	6.068	-	-	6.068	-	-
Letra Imobiliária	TR	-	2.485.164	6.434.614	-	8.919.778	6.831.502	1.886.856
Letra Financeira	CDI	-	-	1.748.911	-	1.748.911	1.485.729	-
Total		-	2.533.901	8.226.748	554.871	11.315.520	8.896.777	2.475.441
Passivo circulante						2.533.901	2.771.822	1.897.033
Passivo não circulante						8.781.619	6.124.955	578.408

b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2010			2009	
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Letras Imobiliárias	(174.548)	(135.359)	(309.907)	(439.026)	(82.799)
Letras Hipotecárias	(29.948)	(23.077)	(53.025)	(104.138)	(46.513)
Letras Financeiras	(44.782)	(22.229)	(67.011)	(67.011)	-
Total	(249.278)	(180.665)	(429.943)	(610.175)	(129.312)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 18 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados. Substancialmente, nossas operações estão atreladas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010, monta a R\$ 89.380 (2009 - R\$ 9.524).

Nota - 19 Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
FGTS	54.172.590	49.709.600	37.857.482
BNDES	6.002.181	4.368.530	2.467.753
Tesouro Nacional - PIS	617.133	543.760	567.701
Outras instituições	219.069	220.042	217.044
Total	61.010.973	54.841.932	41.109.980
Passivo circulante	636.879	561.779	602.350
Passivo não circulante	60.374.094	54.280.153	40.507.630

(a) Despesas com obrigações por repasses no País - Instituições oficiais

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
FGTS	(1.015.610)	(975.266)	(1.990.876)	(3.514.631)	(2.561.435)
BNDES	(61.321)	(43.667)	(104.988)	(216.221)	(117.685)
Tesouro Nacional - PIS	(9.169)	(10.515)	(19.684)	(34.455)	(37.929)
Outras instituições	(18.967)	(18.113)	(37.080)	(68.731)	(37.564)
Total	(1.105.067)	(1.047.561)	(2.152.628)	(3.834.038)	(2.754.613)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 20 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	135.103	10,09	119.365	9,36	78.336	6,64
Imposto de Renda	8.917	0,67	20.977	1,64	-	-
Contribuição Social	-	-	8.622	0,68	-	-
COFINS	108.667	8,11	77.287	6,06	67.498	5,72
PASEP	17.519	1,31	12.479	0,98	10.838	0,92
Impostos e contribuições a recolher	387.118	28,90	335.191	26,27	337.394	28,61
Sobre salários	230.090	17,18	213.481	16,73	204.228	17,32
Sobre serviços	157.028	11,72	121.710	9,54	133.166	11,29
Impostos e contribuições diferidos	241.850	18,05	258.711	20,28	273.835	23,22
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	125.103	9,40	126.809	9,94	132.853	11,26
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	75.062	5,60	76.085	5,96	79.712	6,76
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	11.852	0,93	14.918	1,26
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	7.111	0,56	8.951	0,76
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	-	-	5.107	0,40	4.442	0,38
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	-	-	3.064	0,24	2.665	0,23
Contratos futuros	14.536	1,09	10	0,00	5.848	0,50
PASEP	27.149	2,03	28.673	2,25	24.446	2,07
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 32 (a))	575.572	42,96	562.496	44,09	489.897	41,53
INSS	271.304	20,25	266.660	20,90	240.402	20,37
ISS	152.560	11,39	147.921	11,59	109.926	9,32
IRPJ/CSLL	123.774	9,24	121.794	9,55	116.499	9,88
Outros	27.934	2,08	26.121	2,05	23.070	1,96
Total	1.339.643	100,00	1.275.763	100,00	1.179.462	100,00
Passivo circulante	1.139.478	85,05	1.072.868	84,10	966.897	81,97
Passivo não circulante	200.165	14,95	202.895	15,90	212.565	18,03

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Obrigações de operações com loterias	920.316	19,02	622.769	15,94	767.888	18,68
Obrigações por fundos e programas sociais	2.978.609	61,59	2.778.581	71,15	2.392.444	58,21
FGTS	1.886.208	39,00	1.981.365	50,73	1.600.864	38,95
Minha Casa Minha Vida	423.940	8,77	263.839	6,76	-	-
FIES	20.125	0,42	17.527	0,45	17.067	0,42
Bolsa Família	183.828	3,80	29.236	0,75	80.268	1,95
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	327.761	6,78	347.274	8,89	373.906	9,10
PRONASCI	788	0,02	15.566	0,40	76.143	1,85
PRODEC	19.545	0,40	19.200	0,49	18.300	0,45
Outros fundos e programas	116.414	2,40	104.574	2,68	225.896	5,50
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	937.561	19,39	504.428	12,91	949.679	23,11
PIS	503.049	10,40	393.985	10,09	648.696	15,78
FAT	433.181	8,96	109.117	2,79	299.663	7,29
Outros	1.331	0,03	1.326	0,03	1.320	0,03
Total	4.836.486	100,00	3.905.778	100,00	4.110.011	100,00
Passivo circulante	4.836.486	100,00	3.905.778	100,00	4.110.011	100,00

(c) Diversas

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Obrigações por contribuições ao SFH	114.414	0,46	113.990	0,49	112.877	0,58
Obrigações por convênios oficiais	224.861	0,91	230.335	0,99	219.651	1,13
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	98.604	0,40	65.353	0,28	72.056	0,37
Provisão para pagamentos a efetuar (c.1)	7.656.466	30,89	7.844.884	33,70	7.155.701	36,79
Provisão para passivos contingentes (c.2)	7.054.598	28,46	6.925.353	29,75	6.310.445	32,45
Recursos vinculados a operações de crédito (i)	206.797	0,83	275.021	1,18	158.132	0,81
Recursos do FGTS para amortizações	88.982	0,36	88.093	0,38	49.931	0,26
Credores por recursos a liberar	2.577.147	10,40	2.691.721	11,56	-	-
Credores diversos - Exterior	26	0,00	762	0,00	4	0,00
Credores diversos - País (c.3)	6.764.342	27,29	5.045.404	21,67	5.370.650	27,61
Total	24.786.237	100,00	23.280.916	100,00	19.449.447	100,00
Passivo circulante	24.786.237	100,00	23.280.916	100,00	19.449.447	100,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Despesas de pessoal	1.403.353	1.700.610	1.295.235
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota nº 34(g))	5.840.201	5.749.282	5.534.092
SAÚDE CAIXA	5.169.596	5.071.304	4.766.048
Auxílio e cesta alimentação	626.970	634.409	725.420
PREVHAB	43.635	43.569	42.624
Outros pagamentos	412.912	394.992	326.374
Total	7.656.466	7.844.884	7.155.701

(c.2) Provisão para passivos contingentes

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Provisão para contingências (Nota nº 32)	7.054.598	6.404.659	6.310.445
Trabalhistas	2.687.488	2.874.976	2.426.990
Ações judiciais cíveis	3.587.568	3.349.769	3.173.779
Outras	779.542	700.608	709.676

(c.3) Credores diversos – País

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Cartões de crédito	2.671.756	2.240.329	2.118.344
Contas a pagar	665.424	433.152	729.081
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (ii)	322.648	309.301	308.979
Créditos adquiridos	416.338	419.822	405.547
Valores a apropriar (Nota nº 10(c.3))	979.143	735.286	930.068
Outros credores diversos	1.709.033	907.514	878.631
Total	6.764.342	5.045.404	5.370.650

(i) Recursos vinculados a operações de crédito

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(ii) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/01, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basileia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 5.089.202 (2009 – R\$ 4.750.992). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento e mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009 por meio da medida provisória nº 470 uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre do corrente ano houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue abaixo quadro contendo os valores, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Medida provisória 347/2007	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Medida provisória 470/2009	5.999.999	5.999.999	2.000.400
Atual. Monet. E juros – Med. Prov. nº 347/07	1.082.067	1.017.297	766.446
Atual. Monet. E juros – Med. Prov. nº 470/09	734.083	496.019	-
Total	13.016.149	12.713.315	7.966.846

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 21 Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

Conforme o Decreto nº 6.473 de 05 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.433 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

O valor destacado para aumento de capital em Dezembro de 2009 no montante de R\$ 2.384.683, R\$ 1.986.701 foi destinado para complemento de dividendos referente a 2009 e o montante de R\$ 397.982 proveniente das reservas de loterias foi incorporado ao capital da empresa.

Por meio do Decreto publicado em 26 de agosto de 2010 foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no valor de até R\$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

Em 10 de setembro de 2010 foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R\$ 2.426.294.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basiléia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,44% (Nota 35 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Reservas de Reavaliação	478.318	509.236
Reservas de Lucros	2.652.206	918.677
Reserva legal	1.106.898	918.677
Reservas margem operacional	1.545.308	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/98, de no mínimo, 25%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram provisionados dividendos correspondentes a 45,12% do lucro líquido ajustado no montante de R\$ 1.698.339 (2009 – R\$ 662.233). O valor provisionado para o exercício de 2010 é referente a dividendos e juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação *pro rata* dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que reduziu a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 302.562 (2009 – R\$ 251.027). No ano de 2010 já foram repassados ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 1.698.339 como antecipação de dividendos e JCP e atualizações.

Nota - 22 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O crédito tributário constituído é de R\$ 10.426.974 (2009 - R\$ 9.403.787) para o IRPJ e de R\$ 5.492.277 (2009 - R\$ 4.855.822) para a CSLL, R\$ 2.234 PASEP e R\$ 13.747 para COFINS, totalizando o montante de R\$ 15.935.232 (2009 - R\$ 14.259.609), com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 4.744.106 (2009 - R\$ 5.222.371), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 11.191.126 (2009 - R\$ 9.037.238).

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos e, com base nos resultados obtidos, determinou-se a reversão de crédito de Prejuízo Fiscal no montante de R\$ 383.502 e constituição de créditos de diferenças temporárias no montante de R\$ 2.043.430, sendo R\$ 2.031.558 equivalentes a IRPJ e CSLL, e R\$ 11.872 correspondentes a PASEP e COFINS.

Valor contábil

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	Total
2011	67.669	40.602	28.421	2.475.097	2.611.789
2012	122.083	73.250	51.275	2.177.863	2.424.471
2013	155.016	93.009	65.107	2.071.892	2.385.024
2014	108.079	64.848	45.393	367.204	585.524
2015	106.928	64.157	44.910	357.399	573.393
2016 a 2020	774.726	64.361	178.770	1.456.434	2.474.292
TOTAL	1.334.501	400.226	413.876	8.905.890	11.054.493

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Valor presente

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	Total
2011	59.549	35.730	25.011	2.178.102	2.298.391
2012	100.877	60.526	42.368	1.799.563	2.003.334
2013	120.271	72.163	50.514	1.607.511	1.850.459
2014	78.885	47.331	33.132	268.016	427.364
2015	73.558	44.135	30.894	245.862	394.448
2016 a 2020	357.303	41.769	109.199	862.277	1.370.548
TOTAL	790.444	301.654	291.118	6.961.331	8.344.546

No decorrer de 2010 observou-se a realização de créditos tributários no percentual de 51,37% em relação às projeções efetuadas.

(b) Origem dos créditos tributários

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro		30 de setembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.286.916	1.833.302	3.034.910	1.678.801	2.595.874	1.373.075
Provisão SFH	728.333	437.000	765.583	459.350	812.649	487.590
Provisão para contingências	1.735.786	1.041.471	1.711.340	1.026.804	1.582.881	949.728
Outros	946.249	473.538	915.428	458.362	787.043	381.978
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.292.399	775.439	1.267.826	760.696	1.191.512	714.907
Ajuste a Valor de Mercado - Resultado	120.307	72.184	105.658	63.394	146.795	88.077
Ajuste a Valor de Mercado - PL (Disp. p/ Venda)	75.403	45.241				
Subtotal das diferenças temporárias	8.185.393	4.678.175	7.800.745	4.447.407	7.116.754	3.995.355
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(731.989)	-	(736.433)	-	(686.537)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(300.913)	-	(303.821)	-	(273.639)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(210.639)	-	(212.674)	-	(191.548)
Total dos créditos tributários	10.426.974	5.492.277	10.037.882	5.256.566	9.403.787	4.855.822

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste a Valor de Mercado - Resultado	273	1.682	113	695	-	-
Ajuste a Valor de Mercado - PL (Disp. p/ Venda)	1.961	12.065	-	-	-	-
Total dos créditos tributários PASEP / COFINS	2.234	13.747	113	695	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldos em 31.12.2009	14.259.609	(5.222.371)	9.037.238
Constituição no Período	2.492.581	-	2.492.581
Reversão de Provisão	(478.265)	478.265	-
Constituição PASEP/COFINS	1.957	-	1.957
Constituição Tit. Disp.p/ Venda	134.670	-	134.670
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(45.452)	-	(45.452)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(27.274)	-	(27.274)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(19.092)	-	(19.092)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	(383.502)	-	(383.502)
Saldos em 31.12.2010	15.935.232	(4.744.106)	11.191.126

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2010				2009	
	31 de Dezembro		30 de setembro		31 de Dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	2.565.853	2.565.853	2.146.860	2.146.860	2.754.626	2.754.626
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(641.463)	(384.878)	(536.715)	(322.029)	(688.657)	(413.194)
Efeitos trib. adições e exclusões	126.974	76.176	146.526	89.299	267.714	159.134
Juros sobre o capital próprio	189.101	113.461	141.785	85.071	156.892	94.135
Part. dos empregados nos lucros	169.315	101.589	72.880	43.728	112.497	67.498
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	45.452	46.365	49.896	51.309	45.122	46.786
Incentivo Fiscal	11.416	-	8.405	-	5.689	-
Reserva de Reavaliação	10.377	6.226	8.694	5.216	9.321	5.593
Part. em coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-
Outros	(8.838)	(2.330)	-	-	(1.762)	(375)
Despesa corrente	(97.666)	(43.164)	(108.529)	(47.406)	(93.184)	(40.423)
Desp. diferida/Marcação a mercado	(381)	(227)	2.605	1.565	7.921	4.752
Despesa total	(98.047)	(43.391)	(105.924)	(45.841)	(85.263)	(35.671)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 23 Receitas de intermediação financeira

Descrição	2.010				2.009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações compromissadas	943.644	1.025.411	1.969.055	3.889.579	4.359.821
Empréstimos e financiamentos com clientes	5.535.163	5.223.435	10.758.598	19.573.718	14.305.710
Ativos financeiros disponíveis para venda	(35.255)	51.876	16.621	131.488	252.423
Instrumentos financeiros derivativos	21.530	(98.153)	(76.623)	(119.147)	(400.212)
Ativos financeiros mantidos para negociação	796.099	993.435	1.789.534	3.161.715	3.750.514
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.357.407	1.585.994	3.943.401	8.191.555	9.080.770
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	939.425	885.277	1.824.702	2.942.783	1.329.431
Juros de ativos financeiros – FCVS	276.028	477.259	753.287	1.578.850	1.737.115
Resultado de câmbio	1.059	-	1.059	2.570	-
Outras	12.256	8.207	19.847	34.094	139.063
Total	10.847.356	10.152.741	20.999.481	39.387.205	34.554.635

Nota - 24 Despesas de intermediação financeira

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações com instituições financeiras	(29.844)	(5.109)	(34.953)	(36.606)	(1.992)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(235.098)	(228.777)	(463.875)	(997.163)	(1.068.441)
Operações compromissadas	(1.538.383)	(1.781.810)	(3.320.193)	(6.183.554)	(6.069.452)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.105.066)	(1.047.562)	(2.152.628)	(3.834.039)	(2.754.613)
Operações com clientes	(3.392.687)	(3.245.968)	(6.638.655)	(11.884.615)	(9.706.288)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(1.631.216)	(955.318)	(2.586.534)	(5.093.556)	(3.900.761)
Reversões de provisões para créditos de liquidação duvidosa	453.468	14.662	468.130	1.043.515	579.980
Resultado de câmbio		(616)	-	-	(3.863)
Total	(7.478.826)	(7.250.498)	(14.728.708)	(26.986.018)	(22.925.430)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 25 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício	Exercício
Administração do FGTS	642.991	622.493	1.265.484	2.456.397	2.162.238
Administração do FCVS	20.930	20.362	41.292	94.859	87.215
Administração do PIS	13.485	20.855	34.340	52.041	53.396
Administração das loterias	265.130	225.863	490.993	863.876	724.258
Administração do FIES	35.211	15.591	50.802	98.519	103.813
Pagamento abono salarial - PIS	45.939		45.939	47.915	53.670
Seguro-Desemprego	12.653	13.272	25.925	53.076	55.231
Orçamento Geral da União (OGU)	16.503	21.679	38.182	85.760	74.350
Bolsa Família	62.232	63.220	125.452	247.923	238.099
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	15.614	14.067	29.681	56.951	53.434
Administração de fundos de investimento	212.434	211.924	424.358	821.145	728.800
Tarifas de convênios	297.429	305.055	602.484	1.199.415	1.092.573
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	24.352	23.527	47.879	92.619	104.393
TAC	103.449	101.533	204.982	386.126	344.952
Cartão de crédito	205.325	140.896	346.221	613.956	347.742
Cobrança de títulos	114.220	111.888	226.108	433.142	374.083
EMGEA – Administração de Contratos	60.614	57.796	118.410	242.079	269.632
Taxa de risco – Agente financeiro	62.928	57.969	120.897	221.189	157.277
Coligadas	106.090	86.247	192.337	352.592	286.532
Crédito Imobiliário	166.888	168.909	335.797	619.240	361.840
Saneamento e des. Urbano	26.534	30.679	57.213	110.784	85.003
Outros serviços	42.776	118.933	161.709	341.622	237.886
Subtotal	2.553.727	2.432.758	4.986.485	9.491.226	7.996.417
Rendas de tarifas bancárias	279.139	256.782	535.921	985.920	769.987
Pessoa Física	239.880	218.966	458.846	833.462	629.565
Pessoa Jurídica	39.259	37.816	77.075	152.458	140.422
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	2.832.866	2.689.540	5.522.406	10.477.146	8.766.404

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 26 Despesas com pessoal

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com pessoal					
Proventos	(1.824.608)	(1.584.841)	(3.409.449)	(6.375.600)	(5.786.956)
Salários e proventos	(1.699.175)	(1.467.818)	(3.166.993)	(5.920.900)	(5.336.718)
Indenizações trabalhistas	(125.433)	(117.023)	(242.456)	(454.700)	(450.238)
Benefícios	(314.277)	(272.540)	(586.817)	(1.118.236)	(1.196.078)
Encargos sociais:	(630.294)	(576.141)	(1.206.435)	(2.295.123)	(1.998.665)
FGTS	(122.328)	(108.683)	(231.011)	(439.030)	(395.614)
Previdência social	(365.618)	(340.183)	(705.801)	(1.351.067)	(1.276.665)
Previdência complementar	(96.410)	(95.288)	(191.698)	(365.499)	(322.023)
Outros	(45.938)	(31.987)	(77.925)	(139.527)	(4.363)
Outros	(56.994)	(39.672)	(96.666)	(165.319)	(159.702)
Total	(2.826.173)	(2.473.194)	(5.299.367)	(9.954.278)	(9.141.401)

Nota - 27 Despesas administrativas

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas administrativas					
Comunicações	(138.016)	(105.147)	(243.163)	(427.509)	(443.430)
Manutenção e conservação de bens	(195.596)	(157.471)	(353.067)	(632.002)	(482.941)
Água e energia	(61.637)	(53.571)	(115.208)	(229.560)	(216.132)
Aluguéis e arrendamento de bens	(147.614)	(151.752)	(299.366)	(618.241)	(623.496)
Despesas de material	(33.923)	(29.110)	(63.033)	(114.738)	(105.583)
Processamento de dados	(267.586)	(216.749)	(484.335)	(878.196)	(814.967)
Promoções e relações públicas	(32.360)	(32.957)	(65.317)	(131.011)	(129.670)
Propaganda e publicidade	(90.428)	(88.947)	(179.375)	(347.017)	(284.464)
Serviços do sistema financeiro	(63.412)	(62.386)	(125.798)	(242.189)	(210.631)
Serviços de terceiros	(201.549)	(177.567)	(379.116)	(713.222)	(617.533)
Serviços especializados	(106.538)	(101.651)	(208.189)	(355.891)	(254.055)
Serviços de vigilância e segurança	(110.766)	(117.589)	(228.355)	(464.264)	(420.352)
Depreciação e amortização	(181.734)	(167.002)	(348.736)	(680.970)	(605.205)
Outras administrativas	(68.410)	(53.204)	(121.614)	(240.448)	(226.192)
Total	(1.699.569)	(1.515.103)	(3.214.672)	(6.075.258)	(5.434.651)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 28 Composição das contas “outras receitas operacionais”

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras receitas operacionais					
Comissões e taxas sobre operações	722.688	738.696	1.461.384	2.758.678	1.824.030
Recuperação de despesas	219.631	207.961	427.592	799.383	600.051
Reversão de outras provisões operacionais	188.535	17.430	205.965	672.218	1.703.020
Rendas de outros créditos	-	-	-	783	8.837
Receitas de cartões de crédito	34.159	32.358	66.517	136.392	229.607
Receitas de dividendos	314	19.871	20.185	29.295	64.472
Atualização de depósitos em garantia	100.885	52.433	153.318	227.913	148.862
Receitas de títulos de renda variável no exterior	-	-	-	-	47.417
Demais	536.266	226.805	763.071	878.264	401.098
Total	1.802.478	1.295.554	3.098.032	5.502.926	5.027.394

Nota - 29 Composição das contas “outras despesas operacionais”

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Outras Desp. operacionais					
Desp. de contribuição ao SFH	(263)	(257)	(520)	(1.022)	(1.059)
Desp. com FCVS a receber - Provisão/Perdas	(25.205)	(75.741)	(100.946)	(306.504)	(814.489)
Desp. sobre obrig com fundos e programas	(105.412)	(89.017)	(194.429)	(338.330)	(161.996)
Provisão para contingências	(140.081)	(424.193)	(564.274)	(1.078.096)	(1.249.359)
EMGEA/UNIÃO	(8.233)	(8.187)	(16.420)	(32.129)	(58.951)
Desp. com loterias	(79.439)	(21.118)	(100.557)	(190.369)	(192.532)
Desp. com cartão	(155.346)	(151.057)	(306.403)	(586.755)	(474.705)
Desp. de serviços automatizados	(24.806)	(25.668)	(50.474)	(100.139)	(115.424)
Descontos de operações de crédito	(110.197)	(65.993)	(176.190)	(190.968)	(73.535)
Correspondente não bancário	(268.661)	(261.853)	(530.514)	(995.747)	(762.024)
Instrumento híbrido de capital e dívida - AM	(482.359)	(188.835)	(671.194)	(1.428.281)	(616.812)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(102.222)	(106.756)	(208.978)	(412.538)	(407.067)
Benefícios sociais	(20.196)	(24.073)	(44.269)	(80.166)	(72.027)
Fundo de investimento do FGTS	(12.527)	(5.365)	(17.892)	(22.638)	(26.236)
Desp. com ágio na aquisição de carteiras comerciais	-	-	-	-	(9.377)
Desp. com alavancagem de negócios	(37.257)	(22.717)	(59.974)	(103.014)	(77.666)
Condenações judiciais	(96.542)	(156.144)	(252.686)	(547.448)	(544.110)
Desp. com créditos administrados por terceiros	(9.095)	(10.271)	(19.366)	(33.403)	(17.629)
Desp. c/ gestão financ c/ fundo de previdência	(57.604)	(53.115)	(110.719)	(187.919)	(135.878)
Benefício pós-emprego	(134.427)	(134.427)	(268.854)	(537.708)	(604.859)
Desp. Atual e juros pagos ao vendedor créd. Imob	(49.380)	(49.051)	(98.431)	(144.362)	(1.868)
Desp. Atual. monetária restituições e recolhimentos	(183.503)	(24)	(183.527)	(185.874)	(134.666)
Desp. Revendedor lotérico	(21.118)	(21.798)	(42.917)	(70.968)	(21.926)
Desp. Provisões operacionais	(414.669)	0	(414.669)	(481.464)	
Demais	(143.826)	(157.391)	(301.217)	(536.759)	(436.557)
Total	(2.682.368)	(2.053.052)	(4.735.420)	(8.592.601)	(7.010.752)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 30 Resultado não operacional

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais	53.228	99.263	152.491	337.267	324.320
Lucro na alienação de valores e bens	37.432	45.712	83.144	147.462	116.383
Alienação de bens imóveis	(18.902)	42.315	23.413	126.056	176.738
Outras rendas não operacionais	34.698	11.236	45.934	63.749	31.199
Despesas não Operacionais	(101.730)	(131.724)	(233.454)	(488.264)	(475.415)
Desvalorização de outros valores e bens	26.543	(34.235)	(7.692)	(97.939)	(147.505)
Indenizações por perdas e danos	(18.803)	(16.204)	(35.007)	(62.630)	(79.180)
Perdas em Imóveis	(7.741)	(8.939)	(16.680)	(36.523)	(45.051)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(7.049)	(4.108)	(11.157)	(16.632)	(21.261)
Outras despesas não operacionais	(94.680)	(68.238)	(162.918)	(274.540)	(182.418)
Total	(48.502)	(32.461)	(80.963)	(150.997)	(151.095)

Nota - 31 Despesas tributárias

Descrição	2010				2009
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Contribuição COFINS	(281.424)	(231.358)	(512.782)	(974.354)	(841.722)
PIS/PASEP	(45.732)	(37.607)	(83.339)	(158.344)	(136.780)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(78.161)	(74.340)	(152.501)	(283.197)	(219.090)
Despesas com IPTU	(1.067)	(1.270)	(2.337)	(37.254)	(33.325)
Outras	(1.573)	(5.801)	(7.374)	(17.313)	(16.588)
Total	(407.957)	(350.376)	(758.333)	(1.470.462)	(1.247.505)

Nota - 32 Passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Os passivos contingentes estão assim apresentados:

(i) Movimentação dos saldos de provisão

Descrição	2009	2010			
	31 de dezembro	30 de setembro	Adições	Reversões/ Baixas	31 de dezembro
Fiscais	489.826	562.496	20.854	(7.778)	575.572
- INSS	240.331	266.660	4.644	-	271.304
- ISS	109.926	148.062	4.640	-	152.702
- Outros	139.569	147.774	11.570	(7.778)	151.566
Cíveis	3.173.779	3.349.769	291.100	(53.301)	3.587.568
Trabalhistas	2.426.990	2.874.976	67.612	(255.100)	2.687.488
Outras	709.676	700.608	78.935	-	779.543
Total	6.800.271	7.487.849	458.501	(316.179)	7.630.171

A provisão para contingências fiscais está registrada na conta "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias" (Nota 20(a)), e a provisão para as demais contingências na conta "Outras obrigações - Diversas" (Nota 20(c.2)).

(ii) Composição dos depósitos judiciais:

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Depósitos judiciais	8.514.615	4.243.662	3.943.556
Fiscal	6.515.569	2.369.777	2.218.468
Trabalhista	1.332.171	1.206.275	1.076.239
Cível	666.875	667.610	648.850

(iii) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão
Risco Provável	7.630.171	7.487.849	6.800.271
Perdas e danos	1.307.726	1.175.236	1.375.050
Poupança	1.488.774	1.514.515	1.197.456
Loterias	42.917	43.569	82.203
Crédito imobiliário	213.283	204.678	131.035
Contingenciamento do FGTS	534.868	411.771	388.035
Trabalhista	2.687.488	2.874.976	2.426.990
Fiscais	575.572	562.496	489.826
Outras	779.543	700.608	709.676

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iv) Composição por classificação de risco possível

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente:

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Demandas Trabalhistas	43.571	42.934	121.361
Demandas Fiscais	4.355.918	4.628.598	4.265.640
Demandas Cíveis	1.164.729	1.147.683	1.228.114

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

R\$ 500.768 de multa e R\$ 2.885.050 de juros, os quais totalizam R\$ 4.053.509 a valores de 30 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 3.951.791, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de dezembro de 2010, montam a R\$ 1.455.145 (2009 - R\$ 1.309.300 para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 271.304 (2009 - R\$ 240.330).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de dezembro de 2010 corresponde ao montante de R\$ 286.846 (2009 - R\$ 299.086). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 152.560 (2009 - R\$ 109.926).

(iv) Dentre Outros processos fiscais destaca-se o que a CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 123.774 (2009 - R\$ 116.499), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(v) A CAIXA possui 19 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R\$ 4.355.918 em 30 de dezembro de 2010

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 33 Partes relacionadas
(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Benefícios de curto prazo	9.277	6.492	8.985
Proventos	7.502	5.292	6.939
Encargos Sociais	1.775	1.200	2.046

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro		30 de setembro		31 de dezembro	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Maior Salário	31.628	26.723	31.628	26.485	30.063	24.985
Salário Médio	28.750	4.925	28.488	4.538	26.969	4.402
Menor Salário	28.488	1.600	23.741	1.600	22.573	1.160

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a CAIXAPAR, Caixa Seguros, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
ATIVOS			
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	202.059	-	-
Banco Panamericano	202.059	-	-
Rendas a receber	839.438	754.334	729.366
Caixa Seguros	-	-	86.997
CAIXAPAR	112.842	-	1.854
OGU - Orçamento Geral da União	839.998	754.334	640.514
Créditos adquiridos	427.591	396.229	-
Banco Panamericano	427.591	396.229	-
Total	1.469.088	1.150.563	729.366
PASSIVOS			
Depósitos à vista	242.730	271.547	494.888
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	242.183	256.807	482.654
Caixa Seguros	-	12.953	10.778
FUNCEF	471	1.776	1.433
CAIXAPAR	76	11	23
Obrigações por operações compromissadas	801.773	785.003	747.317
CAIXAPAR	801.773	785.003	747.317
Repasses do país - instituições oficiais	13	26	581
OGU - Orçamento Geral da União	13	26	581
Obrigações diversas	28.666	28.060	26.251
OGU - Orçamento Geral da União	28.666	28.060	26.251
Total	1.073.182	1.084.636	1.269.037
RECEITAS			
Rendas de prestação de serviços	437.622	315.264	360.411
Caixa Seguros	349.339	244.315	283.459
OGU - Orçamento Geral da União	88.283	70.949	76.952
Rendas de participações	481.273	390.123	325.242
Caixa Seguros	6.143	6.143	317.434
CAIXAPAR	475.130	383.980	7.808
Outras receitas operacionais	110.879	36.807	108.636
OGU - Orçamento Geral da União	110.879	82.535	108.636
Total	1.029.774	742.194	794.289
DESPESAS			
Despesas com Operações Compromissadas	70.184	50.089	13.662
CAIXAPAR	70.184	50.089	13.662
Despesas administrativas - aluguéis	38.398	26.141	36.857
FUNCEF	38.398	26.141	36.857
Outras despesas operacionais	3.046	2.226	3.105
OGU - Orçamento Geral da União	3.046	2.226	3.105
Total	111.628	78.456	53.624

*As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

Nota - 34 Benefícios a empregados

Os planos de previdência denominados planos de benefícios são patrocinados pela CAIXA e administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação e os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB são administrados pela CAIXA.

Destinado aos empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS, o Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares e seus respectivos dependentes.

O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.

(a) Plano de benefícios - Previdência privada**a.1) REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 01 de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.4) Assistidos PREVHAB

A Caixa administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(27.479.152)	(32.659.559)	(358.031)	(334.121)	(40.205)	(42.680)	(154.508)	(106.519)
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.204)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	7.768.892	80.659	(18.189)	4.553	4.205	(110.000)	(21.100)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	1.090.915	19.145	28.015	3.257	2.977	10.224	961
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	25.828	-	3.625	-	-	-	975
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(283.896)	(154.508)

ii) Análise da obrigação atuarial do plano

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial c/cobertura	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(230.424)	(132.388)
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial s/cobertura	-	-	-	-	-	-	(53.472)	(22.120)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(283.896)	(154.508)
Status do plano	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

iii) Conciliação dos saldos do valor justo

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	31.584.152	30.495.721	438.379	513.041	42.625	42.680-	132.388	106.840
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.781
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(1.151.009)	(172.119)	(99.692)	(1.444)	(1.786)	85.096	161
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	15.781	17.064	234	552			4.619	11.277
Contribuições de participantes do plano	15.781	18.466	-	-	-	-		-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(1.090.915)	(19.146)	(28.015)	(3.257)	(2.977)	(10.224)	(961)
Despesas administrativas	-	(25.828)	-	(3.625)				(975)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-	-	4.537	-	-		8.265
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	37.230.243	31.584.152	301.420	438.379	43.636	42.625	230.424	132.388

iv) Conciliação entre os itens “i” e “iii” com ativos e passivos reconhecidos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	(5.899.921)	(4.105.000)	(1.368)	(80.348)	(7.028)	(2.420)	53.472	22.120
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)*	2.949.960	2.052.500	684	40.174	-	-	(26.736)	(11.060)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	524.369	(130.895)	(88.984)	5.527	2.419	(17.127)	(4.674)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício**	(2.065.167)	(1.528.131)	(131.579)	(129.158)	(1.501)	(1)	9.609	6.386

* Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

** A Empresa optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no início do exercício	-	-	-	-	1	-	-	-
Pagamentos para o plano líquido de administração	15.781	17.064	117	276			2.310	5.639
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	5.639
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no final exercício	-	-	-	-	1.501	1	-	-

v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	192.288	(6.124)	276	-	-	5.533	5.638
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.205)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.780
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais		(165.697)	(3.819)	(373)	-	-	-	-
Efeito do limite	(537.036)	340.921	(2.421)	(14.399)	-	-	3.224	9.768
Total da (despesa) / receita reconhecida	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)
Total da (despesa) / receita no exercício	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

vi) Premissas atuárias adotadas

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)								

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

b) Financeiras								
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41% a.a	2,41% a.a.	2,89 % a.a	2,89% a.a.	-	-	2,89% a.a	2,89% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00% a.a.	1,00% a.a.	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,30% a.a.	13,25% a.a.	11,30% a.a.	14,57% a.a.	-	-	11,30% a.a.	15,11% a.a.
c) Demográficas								
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		-		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	-	-	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER		HUNTER		HUNTER		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-		-	
Idade de aposentadoria	Máximo dado por:		Máximo dado por:		-		Máximo dado por:	
	M [53 anos; RGPS]		M [55 anos; RGPS]		-		M [53 anos; RGPS]	
	F [48 anos; RGPS]		F [55 anos; RGPS]		-		F [48 anos; RGPS]	
Composição familiar para custos de pensão								
Participantes	75% casados	95% casados	75% casados	95% casados	-	-	75% casados	95% casados
Aposentados	Cadastro Individual		Cadastro Individual		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2009, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2009.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

vii) Divulgação dos resultados atuariais

REG/REPLAN	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	23.073.582	32.659.559	27.479.152	31.330.322
Valor justo dos ativos do plano	24.757.323	30.495.721	31.584.152	37.230.243
Superávit / (Déficit) técnico do plano	1.683.741	(2.163.838)	4.105.000	5.899.921
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-24,6%	28,3%	-6,7%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	8,3%	-3,6%	7,6%
REB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	622.651	334.121	358.031	300.051
Valor justo dos ativos do plano	738.801	513.041	438.379	301.420
Superávit / (Déficit) técnico do plano	116.150	178.920	80.348	1.369
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	9,5%	96,5%	-3,1%	26,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	7,5%	-17,9%	-22,7%	-57,1%
PREVHAB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	41.108	42.680	40.205	36.607
Valor justo dos ativos do plano	-	-	42.625	43.635
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(41.108)	(42.680)	2.420	7.028
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	0,0%	10,5%	12,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	-4,2%	-3,3%
NOVO PLANO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	33.192	106.519	154.508	283.896
Valor justo dos ativos do plano	30.479	106.840	132.388	230.424
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(2.713)	321	(22.120)	(53.472)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	53,9%	-50,2%	-8,3%	-38,7
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	60,9%	50,0%	0,1%	36,9

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

viii) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida	Benefício Definido	Parte Contribuição Definida
Montantes do:								
Custo do serviço corrente	(58.485)	(3.482)	-	-	(18.602)	-		
Responsabilidades dos participantes	(564.720)	(2.146)	-	-	9.764	-		
Custo de juros	(3.500.782)	(32.082)	-	(4.034)	(30.593)	-		
Retorno esperado dos ativos do plano	4.688.707	39.856	-	6.149	29.666	-		
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(6.994)	-	68	(283)	-		
Efeito do limite	(581.290)	4.719	-	-	7.487	-		
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(16.570)	(129)	-	2.183	(2.561)	-		
Total da (despesa) / receita no exercício	(16.570)	(129)	-	2.183	(2.561)	-		
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte								
Normais	16.570	129	-	-	2.561	-		
Total dos pagamentos esperados para o Plano	16.570	129	-	-	2.561	-		

ix) Retorno anual dos ativos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	10,18%	13,32%	10,18%-	14,57%	10,23%	15,11%	10,18%	-
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativos	-	-	-	-	-	-	-	-

(b) Auxílio e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 399,30 (trezentos e noventa e nove reais e trinta centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2010 a agosto de 2011 é de R\$ 311,08 (trezentos e onze reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

(c) Auxílio Pecúlio

A CAIXA, como patrocinadora e administradora dos Planos, bem como os participantes, são partes intervenientes no Auxílio Pecúlio contribuindo com R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R\$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R\$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 5.169.596 (2009 - R\$ 4.766.048) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 559.957 (2009 - R\$ 672.473).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(744.355)	(642.158)	(12.026)	(11.327)	(4.259.459)	(4.497.016)
Custo do serviço corrente	-	-	(308)	(274)	(103.235)	(140.002)
Custo de juros	(80.985)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Ganhos / (Perdas) atuariais	26.440	(87.616)	3.506	590	276.681	771.636
Benefícios pagos pelo plano	54.868	56.237	252	238	155.525	138.394
Reduções	92.530	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)	(4.387.210)	(4.259.459)

2) Análise da obrigação atuarial do plano

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do valor presente da obrigação atuarial c/ cobertura	-	-	(6.249)	(5.824)	-	-
Parcela do valor presente da obrigação atuarial s/ cobertura	(651.502)	(744.355)	(3.639)	(6.202)	(4.387.210)	(4.259.459)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)	(4.387.210)	(4.259.459)
Status do plano	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

3) Conciliação dos saldos do valor justo

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	5.824	5.494	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	658	623	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-	(468)	(530)	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	-	-	177	178	155.525	138.394
Contribuições de participantes do plano	-	-	310	298	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(252)	(239)	(155.525)	(138.394)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	6.249	5.824	-	-

4) Conciliação entre os itens “i” e “iii” com ativos e passivos reconhecidos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	651.502	744.355	3.639	6.201	4.387.211	4.259.459
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	9.484	(16.956)	(2.802)	(6.113)	777.857	509.102
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	660.986	727.399	837	88	5.166.068	4.768.561

5) Movimentação do passivo (ativo) líquido

(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no início do exercício	(727.399)	(712.423)	(88)	620	(4.768.561)	(4.234.482)
Pagamentos para o plano líquido de administração	54.869	56.237	177	178	155.524	138.394
Provisão para planos de benefícios e benefícios pós-emprego	11.544	(71.213)	(926)-	(886)	(553.031)	(672.493)
(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no final exercício	(660.986)	(727.399)	(837)	(88)	(5.166.068)	(4.768.561)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

6) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	-	-	(309)	(274)	(103.235)	(140.002)
Contribuição dos participantes	-	-	310	298	-	-
Custo de juros	(80.986)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	659	623	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	(394)	(274)	(280)	6.926	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	92.530	-	-	-	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	11.544	(71.212)	(926)	(886)	(553.031)	(672.473)
Total da (despesa) / receita no exercício	11.544	(71.212)	(926)	(886)	(553.031)	(672.473)

As receitas e despesas do Auxílio Pecúlio foram projetadas de acordo com as características de remuneração de cada ativo, aplicando-se o cenário macroeconômico adotado pela FUNCEF. As carteiras que seguem esta regra são Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações e Fundos de Investimentos.

Os planos Saúde-CAIXA e PAMS não mantêm ativos justos para cobertura do Plano.

7) Retorno anual dos ativos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,08%	-	-
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativos	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

8) Premissas atuariais adotadas

Bases de dados cadastrais foram coletadas em (*)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)						

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

b) Financeiras						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	6,62% a.a.
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-	-	-	2,89% a.a	1,04% a.a.
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	-	-	-	-	2,00% a.a	2,00% a.a.
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	-	-	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	5,24% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Custo per capita (parte saúde-caixa: 70% dos custos)	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-	-	-
c) Demográficas						
Taxa de rotatividade					3,24%	1,18%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez	-		-		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-	
Idade de aposentadoria	-		-		-	
Composição familiar para custos de pensão	-		-		-	
Participantes	-		-		Cadastro Individual	
Aposentados	-		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2009, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2009.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

9) Divulgação dos resultados atuariais

AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	688.194	642.158	744.355	651.502-
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(688.194)	(642.158)	(744.355)	(651.502)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	10,9%	-11,8%	4,1%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

AUXÍLIO PECÚLIO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.305	11.327	12.026	9.888
Valor justo dos ativos do plano	5.151	5.494	5.825	6.249
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(3.153)	(5.833)	(6.201)	(3.639)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-18,3%	4,9%	35,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	-14,3%	-9,1%	-7,5%

SAÚDE CAIXA	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.056.275	4.497.016	4.259.459	4.387.210
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(4.056.275)	(4.497.016)	(4.259.459)	(4.387.210)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-5,8%	18,1%	6,3%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

10) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO PECÚLIO	SAÚDE CAIXA
Montantes de:			
Custo do serviço corrente	-	(343)	(191.397)
Contribuições dos participantes	-	316	-
Custo de juros	(71.992)	(1.110)	(490.865)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	749	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(190)	30.903
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(71.992)	(578)	(651.359)
Total da (despesa) / receita no exercício	(71.992)	(578)	(651.359)
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte			
Normais	57.612	185	173.099
Total dos pagamentos esperados para o Plano	57.612	185	173.099

(e) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 2, item 2.4.13, serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

(f) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 677.260 (2009 - R\$ 449.990).

Nota- 35 Gerenciamento do Risco Corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basiléia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos / avançados de risco de mercado, risco de crédito e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/07 e 3.490/07, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	32.569.539	33.078.818	26.245.187
NÍVEL I	16.922.987	17.676.107	14.970.201
Patrimônio Líquido	15.436.950	16.350.939	13.143.767
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.207.346	2.305.579	1.952.635
Reservas de Reavaliação	(478.318)	(484.131)	(509.236)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(178.770)	(423.859)	(89.609)
Ativo Permanente Diferido	(59.060)	(66.230)	(97.230)
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.161)	(6.191)	(1.780)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	-	571.654
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
NÍVEL II	15.647.401	15.401.465	11.276.219
Reservas de Reavaliação	478.318	484.131	509.236
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	10.074.721	9.911.717	6.014.211
Instrumentos de Dívida Subordinada	5.089.201	4.999.426	4.750.992
Ajuste ao Valor de Mercado	5.161	6.191	1.780
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-	-
DEDUÇÕES DO PR	(849)	(1.246)	(1.233)
Participação em instituição financeira no exterior	(849)	(1.246)	(1.233)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	23.203.522	21.356.480	16.502.933
Risco de Crédito	21.546.092	19.689.753	15.227.231
Risco de Mercado	36.847	46.144	89.127
Risco Operacional	1.620.583	1.620.583	1.186.575
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	9.366.017	11.719.847	9.742.254
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	15,44	17,04	17,49

(c) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, além de perdas decorrentes da desvalorização de contratos de crédito como reflexo da deterioração na classificação de risco do tomador, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação e dos custos de recuperação.

Como parte do aprimoramento constante do processo de gestão de risco de crédito, a CAIXA possui como rotina anual a aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração das revisões de suas políticas, estratégias e limites de exposição.

A gestão do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, mitigação e reporte das exposições a essa categoria de risco por meio de modelos internos e padronizados, além de um processo estruturado de reportes aos gestores de clientes e de atendimento, e à Alta Administração da Instituição.

Visando mitigar esse risco, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, o que possibilita mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação. Para novos clientes são utilizados modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. No caso de clientes que possuem relacionamento de crédito com a CAIXA, são utilizados modelos de *Behaviour Scoring* nas exposições de varejo e reavaliação de *rating* nas demais exposições.

O monitoramento das exposições ao risco de crédito ocorre pelo controle dos indicadores de atraso, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital, o que possibilita ampla visão do perfil do risco por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, e pela adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Dentre as atividades realizadas pela área de gestão de risco de crédito de carteira, destaca-se ainda, a calibração dos modelos de monitoramento de risco de carteira, com realização de testes de aderência e de estresse, participação ativa na avaliação de riscos, principalmente na criação e reposicionamento de produtos e no monitoramento da provisão frente às perdas esperadas.

As políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas implantados passam por revisões periódicas visando manter a Instituição aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(d) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros e preços de ações e de mercadorias (*commodities*).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza, complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações, e dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de gerenciamento do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Os princípios, valores e diretrizes adotados no gerenciamento desta categoria de risco são estabelecidos pelo Conselho de Administração por meio da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, com definição de limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam diminuir a volatilidade dos resultados da Instituição, manter o seu alinhamento às melhores práticas de mercado e atender às exigências legais.

Mensuração do Risco de Mercado

O início da mensuração do risco de mercado ocorre com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos no mercado secundário. Para que a marcação a mercado seja realizada, é necessário identificar todas as posições mantidas pela instituição, calcular seus fluxos de caixa e descontá-los pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

As estruturas a termo de taxas de juros na CAIXA são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A qualidade desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados se encontram dentro do VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Em ambos os casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Em complementação à visão fornecida pelo cálculo do VaR foi estabelecido um Programa de Testes de Estresse que adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

Testes de Estresse

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens tanto de cenários históricos quanto prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular condições adversas baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico, respectivamente.

A análise de cenários históricos se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto no valor do portfólio da Instituição. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam alimentar os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico;
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

Complementa o Programa de Teste de Estresse a análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco, realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
PRE	8,2	1,7	16,7
Cupom IGP	0,0	0,2	0,2
Cupom IPCA	0,3	0,9	1,2
Cupom SELIC	-	-	-
Cupom TR	-	-	-
CDI	-	-	-
VaR sem ED ⁽²⁾	8,5	2,8	18,2
VaR com ED ⁽²⁾	8,3	1,6	13,7

(1) Os valores do VaR de 31/12/2009 foram recalculados em razão de alterações nos parâmetros do modelo

(2) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

Visando gerir as operações não classificadas na carteira de negociação de forma a assegurar que o Patrimônio de Referência - PR - seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela Instituição, a área de administração risco mensura e avalia o risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira negociação considerando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

As operações não classificadas na carteira de negociação da CAIXA englobam:

- Títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, nos termos da regulamentação vigente.
- Operações ativas - carteiras comercial, habitacional, saneamento e infra-estrutura.
- Operações passivas - captações e depósitos com e sem vencimento definido.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/07.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	31/12/2010	30/09/2010	31/12/2009	31/12/2010	30/09/2010	31/12/2009	31/12/2010	30/09/2010	31/12/2009
ATIVO									
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	201.687	-	92.335	201.687	-	92.352	-	-	(17)
Aplicações em Operações Compromissadas	12.005.555	35.498.502	29.336.351	12.004.677	35.500.622	29.335.106	(879)	2.120	(1.245)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	108.575.272	108.167.082	118.449.828	110.753.609	109.427.276	118.483.102	2.178.337	1.260.194	33.273
Títulos para negociação	37.531.591	36.534.892	46.451.351	37.531.590	36.534.892	46.451.352	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.582.856	2.020.495	1.471.071	1.582.856	2.020.495	1.471.071	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	69.460.825	69.611.695	70.527.406	71.639.163	70.871.889	70.560.679	2.178.337	1.260.195	33.273
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	178.515.247	165.076.049	126.540.315	181.043.006	167.655.959	124.622.876	2.527.759	2.579.910	(1.917.438)
Comercial	56.012.517	54.428.836	45.592.947	66.218.999	63.483.489	49.083.624	10.206.483	9.054.653	3.490.677
Habitação	108.330.025	97.911.303	70.520.637	104.713.947	94.854.496	67.886.681	(3.616.078)	(3.056.807)	(2.633.956)
Infraestrutura/Desenvolvimento	11.441.134	10.440.330	8.273.198	6.822.855	6.370.926	5.262.887	(4.618.279)	(4.069.404)	(3.010.311)
Outros Créditos	2.731.571	2.295.580	2.153.533	3.287.205	2.947.048	2.389.684	555.633	651.468	236.152

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	31/12/2010	30/09/2010	31/12/2009	31/12/2010	30/09/2010	31/12/2009	31/12/2010	30/09/2010	31/12/2009
PASSIVO									
Captações de Recursos	41.745.298	36.686.146	25.420.836	43.729.138	38.263.398	25.471.942	1.983.840	1.577.253	51.106
CDB/RDB	30.429.778	27.789.369	22.945.395	32.060.008	29.152.662	22.783.386	1.630.231	1.363.294	(162.009)
LCI / LH	11.315.520	8.896.777	2.475.441	11.669.130	9.110.736	2.688.556	353.609	213.959	213.115
Captação em Operações Compromissadas	46.012.658	68.189.976	65.036.181	48.195.231	70.021.654	66.285.435	2.182.572	1.831.678	1.249.255
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	57.688.261	53.185.963	41.447.763	48.808.157	45.363.740	36.798.231	(8.880.104)	(7.822.224)	(4.649.532)
Exterior	89.381	25.018	9.523	88.571	23.443	9.519	(810)	(1.577)	(5)
Tesouro	29.718	29.078	27.308	29.946	26.772	26.776	228	(2.305)	(532)
FGTS	54.172.590	49.709.600	37.857.482	45.387.573	42.102.733	33.585.747	(8.785.017)	(7.606.867)	(4.271.735)
BNDES	1.206.342	1.125.972	856.050	1.348.325	1.152.143	819.768	141.983	26.171	(36.282)
Depósitos não remunerados	2.190.230	2.296.295	2.697.400	1.953.742	2.058.649	2.356.421	(236.488)	(237.646)	(340.978)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	13.016.149	12.713.315	7.966.846	14.491.312	13.324.495	7.705.626	1.475.162	611.180	(261.220)

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços de negociação dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento determinadas de acordo com o nível de informação disponível:

- Nível 1: Os preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.
- Nível 2: Outros dados observáveis que não os do nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, quer diretamente (isto é, preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Este nível inclui os títulos públicos federais publicados pela ANBIMA a maioria dos contratos de balcão de derivativos e emissão de dívida estruturada.
- Nível 3: Os dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível instrumentos de patrimônio e dívida com composto significativamente por dados não observáveis e a determinação das taxas é feita por modelo estatístico a partir de informações de ativos similares.

O processo de marcação a mercado das operações não classificadas na carteira de negociação é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 30 de setembro de 2010, incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

Instrumentos Financeiros - 31 de dezembro 2010 – R\$				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
PREFIXADO	Aumento de taxa de juros	(72.752.410)	(1.721.962.179)	(3.263.598.599)
ÍNDICE DE PREÇOS	Aumento de cupons de índice de preços	(38.145.411)	(924.912.135)	(1.792.856.444)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(277.608.490)	(6.295.731.152)	(11.478.449.355)
VARIAÇÃO CAMBIAL	Queda nas taxas de cambio	(2.601)	(65.819)	(133.334)

(e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado, e de que a Instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

Visando manter a exposição ao risco de liquidez em níveis aceitáveis, foram estabelecidas pelo Comitê de Risco regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes.

A CAIXA desenvolveu e implantou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações classificadas nas carteiras negociação e de não-negociação, e para a mensuração do potencial diário de negociação de títulos existentes em sua carteira de títulos e valores mobiliários em situações de normalidade e de estresse.

A exposição ao risco de liquidez é comunicada por meio de relatórios diários sobre a mensuração, monitoramento e controle desse risco para as Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensais para o Comitê de Risco e Conselho Diretor e semestrais para o Conselho de Administração.

Adicionalmente, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da Instituição, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.

O Plano sistematiza os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início de uma possível crise.

(f) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada na CAIXA é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, e alinhada aos princípios, valores e diretrizes internas de gestão dessa categoria de risco. O seu funcionamento assegura a criação de um ambiente adequado de gestão, o estabelecimento de um processo de gerenciamento de risco eficaz e a existência de um processo estruturado de divulgação de informações para o público interno e para o mercado, bem como, o cumprimento da Resolução CMN 3.380/06, de 26/06/06.

A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por unidade específica, de forma segregada das áreas negociais e da auditoria interna, o que preserva a independência na gestão desse risco.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional está apta a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, inclusive a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da CAIXA.

Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais envolve as metodologias de mapeamento de processos e auto-avaliação (CRSA - *Control & Risk Self Assessment*), permeia toda a Instituição e produtos, serviços, atividades e canais existentes ou a serem lançados, situação em que identificação é realizada previamente. Ele considera os fatores internos e externos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

O mapeamento de risco operacional envolve as unidades da matriz da CAIXA, já a auto-avaliação abrange todas as unidades da Empresa e é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para mitigar esses riscos.

Avaliação

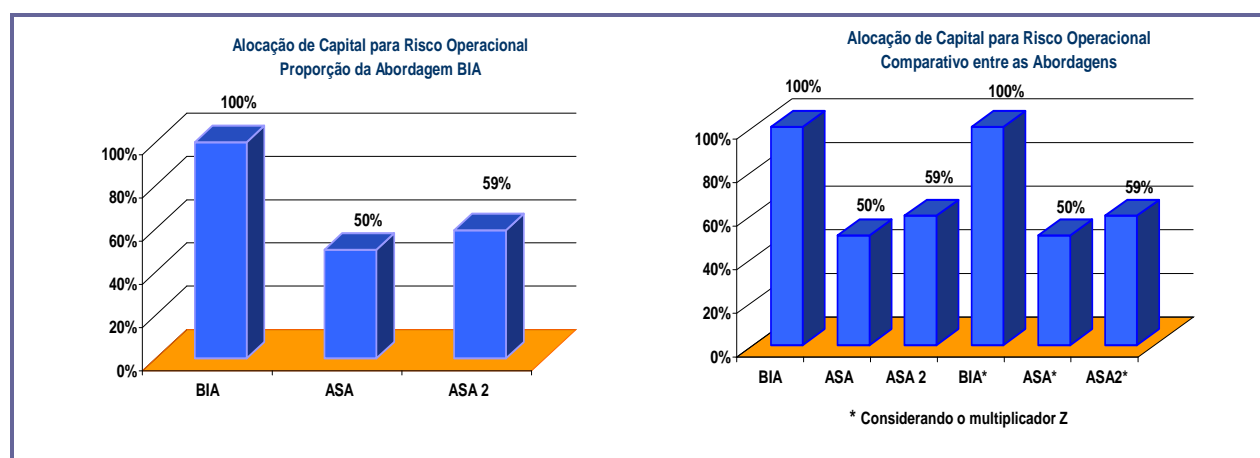
A avaliação do risco operacional é dividida em qualitativa e quantitativa. A primeira envolve as ações de mapeamento e auto-avaliação, descritas no processo de identificação. O processo de mapeamento permite que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando-se em consideração aspectos de relevância, necessidade de ações de mitigação e tendências. É utilizada matriz que agrega informações de gravidade, urgência e tendência. A auto-avaliação permite também estimar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e contribui para divulgação dos conceitos inerentes ao gerenciamento dos riscos operacionais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Já a avaliação quantitativa estabelece métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. As projeções são realizadas com base na metodologia LDA – *Loss Distribution Approach*.

Cálculo de Alocação de Capital

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008: (1) a Abordagem do Indicador Básico - BIA; (2) a Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e (3) a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2). Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:

**Modelos Internos**

As abordagens avançadas de mensuração de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das práticas, processos, procedimentos e modelos de gerenciamento desse risco tendo como principais objetivos a melhoria de gestão e a diminuição das perdas causadas por risco operacional.

O método interno envolver maior número de variáveis, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que geralmente resulta em diminuição do capital regulamentar em relação aos métodos padronizados, reconhecendo a maturidade da gestão. Ele requer no, mínimo, a integração de quatro elementos: bases de dados interna e externa, fatores do ambiente de negócios e de controle interno e análise de cenários.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento, mitigação e controle operacional dão continuidade ao ciclo de gerenciamento iniciado na atividade de identificação e visam diminuir as perdas e a exposição ao risco operacional, contribuindo para a solidez e a sustentabilidade dos negócios da Empresa.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados aos gestores responsáveis pelo processo que originou a perda e às instâncias envolvidas na gestão de riscos com o objetivo de direcionar a implantação das ações de mitigação. Também são monitorados sistematicamente informações que atuam como indicadores

da exposição da Instituição às ocorrências dos eventos de risco operacional, como rotatividade de empregados e disponibilidade de sistemas críticos.

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implementação das medidas corretivas recomendadas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Empresa na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Nota - 36 **Eventos subsequentes**

Banco Panamericano

Conforme fato relevante divulgado pelo Banco Panamericano em 31 de janeiro de 2011 a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domesticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avencas, por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das Vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano pelo preço de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) corrigidos, a partir da data de conclusão do negocio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado a importância máxima de R\$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

A CAIXA reitera seu compromisso de manutenção da parceria estratégica com o Banco Panamericano através da celebração de um Acordo de Cooperação Operacional por meio do qual a CAIXA quanto o BTG Pactual adquirirá direitos creditórios e aplicará em depósitos interfinanceiros do Banco.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR, sociedade por ações, subsidiária integral da CAIXA, mantém inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e não alienará sua participação no âmbito da oferta pública que será realizada pelo BTG Pactual.

Nesta mesma data o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente mantém as mesmas condições do acordo vigente.

Nota - 37 Outras informações**(a) Administração de entidades sociais**

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
PIS	27.542.969	27.318.216	26.100.285
FGTS	35.865.937	33.881.590	30.494.293
FAR	5.285.651	4.601.509	4.625.608
FDS	1.323.199	1.223.539	1.110.837
FAS	30.374	29.533	31.439
FGS	49.502	35.640	179.136
FIEL	-	48.447	46.025
FGHAB	131.584	114.096	94.406
FCA	5.501	3.560	538
FGCN	1.206.234	1.175.361	-
Total	71.440.951	68.431.491	62.682.567
FCVS (i) *	(89.873.424)	(87.385.595)	(84.520.824)

* posição Novembro/2010

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.954 (2009 - R\$ 66.813), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 32.129 (2009 - R\$ 33.614).

A lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de agente operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 95.615 (2009 - R\$ 72.977)

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 159.608 (2009 - R\$ 149.537).

Maria Fernanda Ramos Coelho
Presidenta

Carlos Antonio de Brito
Vice-presidente

Carlos Augusto Borges
Vice-presidente

Clarice Coppetti
Vice-presidente

Édilo Ricardo Valadares
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Jorge Fontes Hereda
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Luiz Antonio de Castro
Superintendente Nacional E.E
Contador CRC 5290/0-O – DF